

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AFONSO CLÁUDIO
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL AGRÍCOLA
Parque de Exposição Drº. João Eutrópio
Empoçado, Afonso Cláudio – ES
Tel.: (27) 9 9734-9674

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

VIGÊNCIA 2025

ALTERADO EM AGOSTO DE 2025

INEP: 3206911

AFONSO CLÁUDIO - ES

2025

Sumário

1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

1.1 Identificação da escola

1.2 Caracterização da instituição

1.2.1 História da instituição

1.2.2 Inserção regional

1.2.3 Abrangência e área de atuação

1.2.4 Articulações com outras Instituições

1.2.5 Princípios e concepções que embasam a Prática Educativa

1.3 Caracterização da Comunidade Escolar

1.3.1 Organização da oferta

1.3.2 Capacidade de matrícula

1.3.3 Indicadores de produtividade

1.3.4 Relação escola-comunidade

1.3.5 Objetivos e metas da escola

1.4 Gestão Escolar

1.4.1 Apresentação da concepção de gestão democrática

1.4.2 Descrição dos recursos humanos, físicos e tecnológicos

1.4.2.1 Instalações gerais

1.4.2.2 Instalações administrativas

1.4.2.3 Salas de aula

1.4.2.4 Laboratórios

1.4.2.5 Biblioteca

1.4.3 Perfil de profissionais

1.4.4 Mecanismo de recrutamento, seleção e contratação

1.4.5 Condições institucionais do trabalho docente e administrativo

1.4.6 Formação continuada dos profissionais

1.4.7 Política de apoio ao estudante

1.5 Política de educação inclusiva

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA – CONCEPÇÕES E PRESSUPOSTOS

2.1 Ensino Fundamental

2.1.1 Organização Curricular

2.1.1.1 Concepção de currículo

2.1.1.2 Áreas de conhecimento

2.1.1.3 Componentes curriculares e carga horária

2.3 Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem: Metodologia, Critérios e Sistemática

2.4 Histórico e Certificado Escolar

3. PLANO DE AÇÃO

3.1 Objetivos

3.2 Metas e estratégias

3.3 Ações plurianuais

3.3.1 Inovação pedagógica

3.3.2 Ampliação de infraestrutura tecnológica

3.4 Plano de Sustentabilidade financeira

4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1 Descrição do processo de autoavaliação

4.2 Instrumentos da avaliação institucional

4.2.1 Instrumento I: Docentes, administrativo e especialista

4.2.2 Instrumento II: Estudantes do Ensino Fundamental

4.2.3 Instrumento III: Estudantes do Ensino Médio

4.2.4 Instrumento IV: Pais/Comunidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1.1 Identificação da escola

Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola

Parque de Exposição Dr. João Eutrópio - Empoçado, Afonso Cláudio – ES

Mantenedora: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação SEMED

Abrangência de atuação: Educação Infantil (Pré-Escola 1º e 2º períodos), Anos Iniciais/Ensino Fundamental I do 1º ao 5º ano e Anos Finais/Ensino Fundamental II 6º ao 9º ano.

Dados da equipe gestora:

Diretora: Bernadeth Carnielli Costa

Pedagogas: Aline Susi Ott Razke, Elaine Gomes de Oliveira e Elaine Gomes Souza Menezes

Coordenador(a) de turno: Eliana Aparecida Dias e Roliks Ludgero Coutinho

1.2 Caracterização da instituição

1.2.1 História da instituição

Para conhecer a Escola Municipal Agrícola é preciso conhecer um pouco sua comunidade e sua história. A comunidade do Empoçado fica situada a 7 km da sede do município de Afonso Cláudio. Tendo como primeiros habitantes as famílias Marques, Gomes, Soares e Pagotto. Evoluindo a comunidade, tornou-se um povoado constituído de proprietários e colonos sendo de origem negra, italiana e alemã.

No ano de 1944 foi construída a igreja católica de São Benedito, onde passaram a realizar atividades sociais na comunidade. Em 1950 surgiu a necessidade da criação de uma escola denominada Escola Singular Empoçado para atender as crianças da comunidade. As primeiras professoras a lecionarem nesta escola foram às senhoras Erenita Maria Gomes e Lúgia Gomes.

Com o decorrer dos anos a comunidade desenvolveu-se e houve a necessidade de criar uma Instituição Educacional que pudesse abrigar maior número de alunos.

No dia 10 de novembro de 1989, o Prefeito Municipal Methódio José da Rocha, em seu primeiro mandato, comprou um terreno da Sr.^a Almerinda Schwambach, localizado no Empoçado. Seu objetivo era construir nesta área um Parque de Exposição. Mas,

observando ser um lugar amplo e de contato com a natureza, surgiu a ideia da construção de uma Escola Agrícola. Então, em janeiro de 1998, em sua segunda gestão como prefeito, a Escola teve sua construção efetivada. Inicialmente sob a direção de João Vargas Vieira. A mesma tinha como objetivo atender não somente alunos da comunidade em si, mas todas as adjacentes e também alunos da Zona Urbana.

Tempos depois, a então professora Valquíria Karla Carnielli Tonoli, assumiu a direção e juntamente com a equipe de trabalho gestor deram procedimento ao trabalho até o final do ano de 2020. Em janeiro de 2021 a professora Bernadeth Carnielli Costa assumiu a direção e atualmente a equipe gestora é formada por dois coordenadores, três pedagogas, pela diretora, e demais funcionários e alunos da escola.

As instalações da Escola são próprias, hoje consideradas pequenas em relação ao número de alunos que atende, e seu trabalho se diversifica com as modalidades de ensino. A Escola Municipal Agrícola atende hoje alunos da Educação Infantil etapa Pré-Escola, Ensino Fundamental I e II, nos turnos vespertino e matutino.

As comunidades atendidas pela Escola e Bairros da cidade estão ligadas ao município Afonso Cláudio que se localiza no Estado Espírito Santo - ES.

Quanto à divisão Regional do IBGE, o Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil e tem como capital a cidade Vitória.

A escola é afastada do centro da cidade em média 07 km, tem seu percurso em vias asfaltadas e estradas de chão. Grande parte dos alunos utiliza o transporte escolar, realizado por veículos de empresa local, COOPTAC e da Prefeitura Municipal, sendo pagos com recursos do Governo Federal (PNTE) e Prefeitura Municipal. Esse transporte atende a quase 100% dos alunos.

A escola criada pelo decreto nº. 003/98 de 13/01/98 é composta atualmente por: diretora, pedagogas, coordenadores, auxiliares de secretaria, auxiliar de servidos gerais, vigias, serviçais, merendeiras, professora de Educação Infantil, professores de AEE, professores 1º ao 5º ano e professores do 6º ao 9º anos, e estagiárias e/ou cuidadores que acompanham alunos com necessidades educativa. A escola funciona em um prédio de dois andares, interligados por dois lances de escadas. Cada um deles tem 08 degraus e ainda uma proteção lateral. A construção da escola é de alvenaria, com laje e cobertura com telhas de amianto.

Os reparos emergenciais realizados na instituição e de cunho imediato para melhor atender a clientela são realizados com verbas da própria escola através de parcerias, festas e eventos que são realizados com tais intuitos: manter o bom funcionamento do espaço físico e material didático pedagógico da escola, zelando sempre pela educação de qualidade para todos.

Percebe-se que os arredores da escola têm favorecido muito a aprendizagem dos alunos, em destaque pela localização da mesma, que se encontra em área rural, longe de ruídos e do intenso barulho provocado nos centros urbanos. Notamos ainda que muitos alunos têm vontade de estar na escola e de conhecer um pouco mais da realidade agrícola que sustenta a população de Afonso Cláudio.

Dentro das limitações e possibilidades a equipe escola tem alcançado muitos avanços em todos os campos, sejam estes pedagógicos e administrativos, sejam estes da parte científica estrutural. Sabe-se que muitos objetivos e metas ainda estão previstas e permeiam os sonhos de todos, com intuito claro de alcançar o sucesso do processo ensino aprendizagem, dando sustentação a todo trabalho da educação a equipe trabalha constantemente para alcançar seus méritos.

1.2.2 Inserção regional

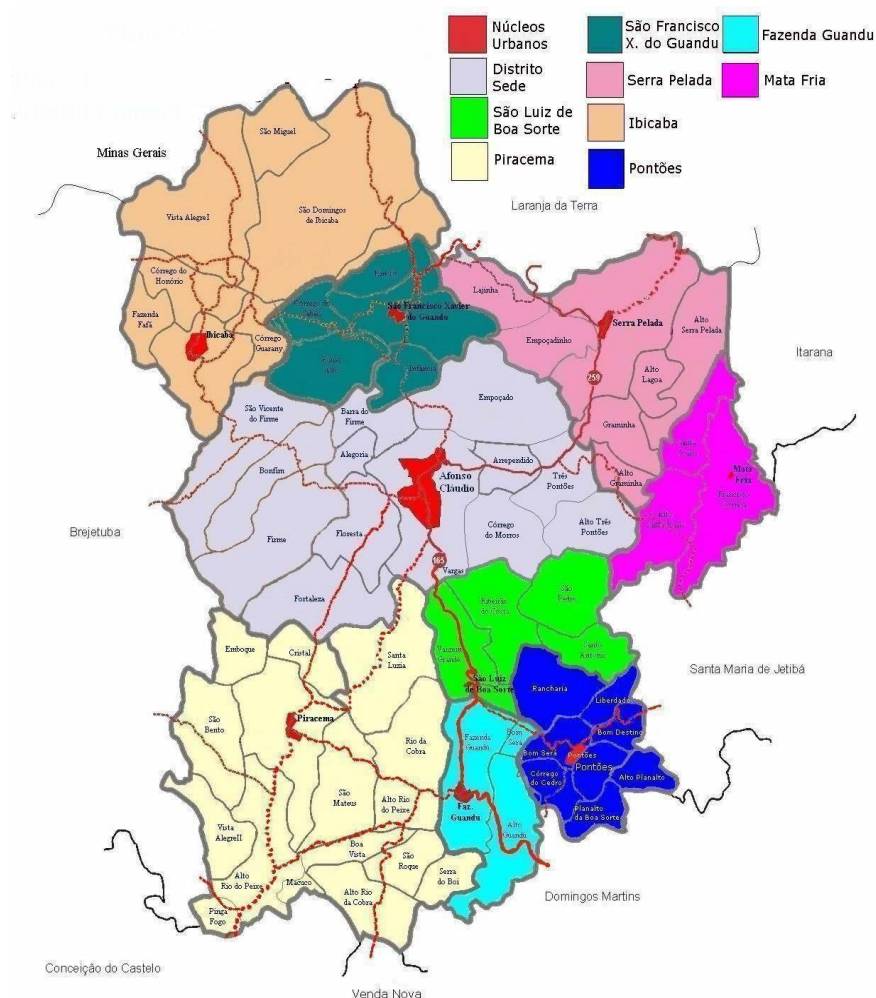
A escola faz atendimento nas modalidades de Educação Infantil etapa Pré-Escola (1º e 2º período), Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), totalizando 486 alunos.

O ensino ofertado pela escola prima por um atendimento de qualidade, orientado por princípios éticos e democráticos, de modo que o efeito de sua ação educativa tenha impacto na rede municipal de ensino do estado do Espírito Santo, nas comunidades em que estão inseridas e contribua assim para melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento distrital e regional. A área territorial afonso-claudense é de 954,66 km². A distância da Capital de Afonso Cláudio-ES até a capital do Estado é de 136 km. Afonso Cláudio foi fundado em 20 de novembro de 1890. O clima da região de Afonso Cláudio-ES é tropical.

Os distritos de Afonso Cláudio - Espírito Santo está listado abaixo:

Afonso Cláudio (sede), Piracema, Fazenda Guandu, Pontões, Serra Pelada e São Francisco Xavier do Guandu, Ibicaba, São Luiz de Boa Sorte e Mata Fria.

Mapa 1 – Político Distrital de Afonso Cláudio ES



1.2.3 Abrangência e área de atuação

Com base em diagnósticos, feitos pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola, e em consonância com o currículo escolar, a escola realiza um trabalho com projetos associados às atividades escolares, extraclasse e nas duas disciplinas, TA (Técnicas Agrícolas) e TED (Técnicas de Economia Doméstica), que tem como objetivo promover trabalhos artesanais, culinários, de campo, de ensino e pesquisa, conforme a parte diversificada e interdisciplinar que atende também a LDB, e que abre caminhos na participação de concursos e eventos municipais, estaduais e a nível nacional. Tudo isso, com propósito de zelar pela fundamental integração com o conhecimento científico, entre escola, família e sociedade.

Desse modo, as atividades específicas e extraclasse promovem o desenvolvimento dos alunos e das comunidades a que atendem enquanto contribuem para o desenvolvimento às necessidades externas por meio do conhecimento adquirido com as interações proporcionadas por essas atividades.

A aplicação plena desses conhecimentos implica na integração e inter-relação dos conhecimentos gerais científicos com os conhecimentos tecnológicos atuais, permitindo ao educando ter formação humana, científica em situação concreta de trabalho em busca de soluções e alternativas.

A finalidade do Projeto Político Pedagógico (PPP) é se constituir em um instrumento norteador das ações educacionais da Escola Municipal e Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola, no desenvolvimento de suas modalidades de ensino, respeitando os princípios orientadores das teorias cognitivistas, da prática interdisciplinar, do pensamento epistemológico, da Inclusão escolar baseado nas leis e no amparo as diversidades presentes no chão da escola, como processo educativo que se situa no interior da inteligência, das técnicas para gerá-las e adaptá-las às peculiaridades do contexto e às novas configurações sociais. A escola também atua na disseminação dos trabalhos desenvolvidos dentro e fora da instituição educacional por meio de concursos, programas de inovação científica e tecnológica que são voltados à comunidade, tendo como finalidade desenvolver e apoiar as mais diversas ações sob a ótica socioambiental. Nesse sentido, destaca-se o Programa Agrinho, que a escola participa ativamente associados ao currículo e às atividades pedagógicas e culturais.

É importante destacar que todas as ações desenvolvidas nessa instituição escolar são planejadas buscando atender as competências e habilidades metodológica, social, cultural e ambiental, ou seja, criam condições que propiciam a autonomia do saber como forma indissociável e integradora dos conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e dos valores. Além disso, prima pela igualdade, equidade de direitos, da solidariedade, da inclusão e da sustentabilidade, gerando o compromisso permanente do sujeito com as mudanças em todos os contextos, seja na convivência diária, nas situações de tomada de decisões, no relacionamento com a comunidade interna e externa, no mundo do trabalho, no processo educativo e de construção do conhecimento.

A questão da diversidade está presente na escola e a inclusão dos alunos com NEE Necessidades Educativas Especiais é contemplada através do atendimento especializado

na sala de recurso multifuncional e, pelos professores especialistas em alguns casos na própria sala de aula.

1.2.4 Articulações com outras Instituições

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola, para o bom desenvolvimento das atividades educacionais que são trabalhadas no interior da instituição conta com as parcerias municipais, estaduais, privadas e filantrópicas buscando sempre a qualidade no atendimento. Vale ressaltar que as parcerias visam integrar, apoiar e aprofundar as relações com o processo ensino aprendizagem primando pela educação de qualidade. Hoje, percebe-se que a escola está articulada com outras instituições como Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Elvira Barros, CEEFMTI Afonso Cláudio e Ifes (Instituto Federal do Espírito Santo), que são as instituições que recebem nossos alunos após concluírem o 9º ano do Ensino Fundamental. Além disso, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola tem articulação com empresas com parceiras que de alguma forma contribuem para o sucesso da escola.

Com base em diagnósticos e no contexto do desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno, são tomadas as medidas que vemos como necessárias à melhoria e a garantia do sucesso do aluno. O primeiro passo é a observação e as constantes sondagens e análises das atividades e dos conteúdos, bem como as formas que estes são levados aos discentes. O segundo passo torna-se a orientação planejada e organizada do trabalho dos docentes, com apoio pedagógico e orientações, percebendo também a importância do esclarecimento e do compromisso com a família, convidamos a mesma a compartilhar das informações conosco e nos auxiliares nas melhorias dentro do trabalho. Seguindo nossas perspectivas de trabalho e orientados pelo setor de Atendimento Especializado de nosso município para as avaliações minuciosas dos nossos alunos, tanto no aspecto pedagógico como no aspecto clínico, temos como parceiros a APAE, SEMED e Secretaria de Saúde, seja disponibilizando seus profissionais clínicos e educadores para um atendimento especializado.

1.2.5 Princípios e concepções que embasam a Prática Educativa

A educação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola perpassa os muros escolares e a pedagogia crítico social e vai de encontro à formação

humanizada, onde o sujeito constrói sua história baseada em princípios e valores que respeitam a vida em suas relações sociais, culturais e a diversidade. Inserir nesse contexto é preparar para a vida, buscando perpassar também o processo formativo desenvolvido na escola, estabelecendo relação com a realidade social, econômica e científica. Esse vínculo adquire, no âmbito da educação, um caráter orgânico entre a formação escolar e inserção social dos sujeitos, que necessitam um novo olhar sobre as práticas educativas desenvolvidas. A educação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola, portanto, visa uma prática política, intencional, para que a realidade se transforme em propostas pedagógicas de acordo com a realidade real que temos. Como prática educativa coletiva a escola espera abordar práticas inovadoras e significativas, que possibilitem a compreensão das práticas pedagógicas e curriculares existentes. Para tanto, as concepções que embasam a prática educativa e que garantem identidade e qualidade ao trabalho desenvolvido pela instituição são: filosofia educacional, valores preconizados, perfil do egresso e diretrizes pedagógicas se relacionam diretamente às opções autônomas que os docentes constroem na efetivação do currículo proposto pela Secretaria Municipal de Educação. Ao decidir pela seleção, forma de organização e distribuição dos conhecimentos, os docentes definem sua própria caminhada de opção teórico-metodológica transformadora, envolvendo em primeiro lugar a formação sólida, crítica, com princípios éticos onde o sujeito seja capaz de escrever sua própria história, suas discussões nas opções de concepção de homem, de sociedade e de educação. Definição que é uma opção política, compreendida como possível e necessária de se materializar na seleção do que e como ensinar, pela comunidade e pela escola, como forma de contribuir na transformação de uma realidade social, a partir das práxis dialógica. Assim, a prática pedagógica busca a ampliação e o aprofundamento da formação do ser humano para o exercício da cidadania, a reflexão crítica, a solidariedade e o respeito à diversidade de todos os gêneros, tudo isso na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. Em seu projeto pedagógico institucional, ela estabelece as bases para a busca da excelência, com vistas à formação do ser humano, enfatizando conhecimento teórico, ético, social e científico com autonomia intelectual e pessoal.

Além disso, a instituição tem buscado adaptar sua estrutura de ensino às demandas da realidade rural onde está inserida, ao contexto sócio-político-cultural, as necessidades educativas especiais para contribuir na formação do ser humano com vistas à construção

de cidadãos preparados para as distintas experiências da vida, produzindo valores, reflexões e atitudes para a tomada de decisões incorporadas às capacidades e habilidades que vão além do objetivo do exercício da cidadania.

A incorporação dessas diretrizes em todos os níveis de formação de pessoas deve nortear as práticas pedagógicas da instituição, reduzindo, desta maneira, a distância que ainda separa as técnicas e os procedimentos pedagógicos na formação de sujeitos críticos e competentes de seus papéis na sociedade.

1.3 Caracterização da Comunidade Escolar

1.3.1 Organização da oferta

A organização da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola para o ano de 2024 tem como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação, a Resolução do CEE/ES e demais orientações provenientes da SEMED/MEC.

Conforme disposto na Resolução do CEE/ES, “anos iniciais do ensino fundamental – compreende do primeiro ao quinto ano de escolarização, e anos finais do 6º ao 9ºano iniciando-se aos cinco anos e estendendo-se até a conclusão, em situação de regularidade” (ESPÍRITO SANTO, p. 110-111, 2014), e de acordo com o que dispõem os Art. 187 e 188 da mesma resolução, respeitando-se as alterações que por ventura venham a ser implantadas para a Rede Municipal de Ensino do Município de Afonso Cláudio, do Estado do Espírito Santo.

Os princípios que norteiam as modalidades de ensino ofertadas pela escola perpassam a flexibilização interdisciplinar, com contextualização, dos conteúdos sem perder de vista as competências e habilidades a serem desenvolvidas. Assim, cada modalidade, Pré-escola e Ensino Fundamental I e II terão currículos que atentam às exigências dos conhecimentos específicos e científicos necessários ao desenvolvimento das competências específicas de cada modalidade para a efetiva formação.

A Matriz curricular: contempla os conteúdos necessários à ampliação da base científica e tecnológica, desenvolvimento de competências exigidas para o exercício profissional em suas diferentes dimensões: conceitual, procedimental, atitudinal, além dos fundamentos gerais e específicos, conhecimentos relativos à formação humana. Isso por quê:

- Amplia conhecimentos;
- Prepara o indivíduo para conviver com as mudanças na sociedade, onde seja capaz de ser um elemento a produzir conhecimento.

Para responder a essas demandas, desenvolvem-se conhecimentos com base numa metodologia de projetos, problematização e análise de situações da prática social.

1.3.2 Capacidade de matrícula

Quadro do Número de turmas

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola oferece a Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil fase Pré- Escola, Ensino Fundamental I, anos iniciais, Fundamental II, Anos finais e Educação Especial. O número de turmas com alunos matriculados até o presente momento são: 22 turmas assim distribuídas: 4 turmas de 6ºs anos, 4 turmas de 7ºs anos, 3 turmas de 8ºs anos, 4 turmas de 9ºs anos, 2 turmas de AEE – sendo uma no matutino e a outra no vespertino. 1 turma de Pré-Escola de 1º e 2º período, 1 turma do 1º ano, 1 turma do 2º ano, 1 turma de 3º ano, 1 turma do 4º ano, e 1 turma do 5º ano.

Horário Funcionamento Matutino	Curso/ Etapa	Ano/ Turma	Nº/ da Sala	Metragem da sala	Nº de Alunos	Capacidade/ Matrícula
01 07h00min às 11:30min	Ensino Fundamental II de 6º/ 9º ano	6º M1	01	L X C 7,10 X 5,92	26	35 Alunos
		6º M2	02	L X C 7,13 x 5,92	26	35 Alunos
		7º M01	03	L X C 6,57x4,75	27	35 Alunos
		8º M02	04	L X C 8,02x7,22	31	35 Alunos
	Ensino Fundamental II de 6º/ 9º ano	7º M02	06	L X C 8,04 x7,23	24	35 Alunos

		8º M01	08	L X C 4,82X8,40	31	35 Alunos
		7º M03	07	L X C 5,92X7,10	27	35 Alunos
		9º M03	05	6,57X4,75	17	35 Alunos
		9º M02	10	L X C 4,86x7,20	22	35 Alunos
		9º M01	09	L X C 4,28x8,40	22	35 Alunos
		Alunos de AEE 1º ao 9º ano	S/N	L X C 3,70x2,93	15 Alunos	20 Alunos
Horário Funcionamento Vespertino	Curso/ Etapa	Ano/ Turma	Nº/ da Sala	Metragem da sala	Nº de Alunos	Capacidade/ Matrícula
12h20 min minutos às 16h50min min.	Ensino Fundamental I, 1º ao 5º ano e Fundamental II 6º ao 9º ano	Educação Infantil/ Pré-Escola	S/N	L X C 6,15 x 5,15	16	20 alunos
		1º V01	02	L X C 7,13 x 5,92	19	25 Alunos
		2º V1	06	L X C 4,82X8,40	23	25 Alunos
		3º V01	10	L X C 4,86x7,20	22	25 Alunos
		4º V01	09	L X C 8,04 x7,23	23	25 Alunos
		5º V01	08	L X C 5,94x7,14	29	25 Alunos
		6º V01	04	L X C 8,02x7,22	27	35 Alunos
		9º V01	05	L X C 6,57x4,75	19	35 Alunos

		7ºV01	03	L X C 6,57x4,75	21	35 Alunos
		8ºV01	01	L X C 7,10 X 5,92	17	35 Alunos
		6º V02	07	L X C 5,92x7,10	22	35 Alunos
		Alunos do 6º ao 9º ano AEE	S/N	L X C 3,70x2,93	12	20 Alunos

1.3.3 Indicadores de produtividade A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola entende que a base principal dos Indicadores de Produtividade deve estar relacionada à equidade de acesso e na destinação de recursos humanos, materiais, econômicos, sociais, culturais, e histórico crítico presentes no cotidiano das Instituições.

Resultado PAEBES 2024

2º ano (língua portuguesa - leitura)

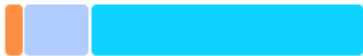


2022

Proficiência Média

753

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	0%
Básico	5%
Proficiente	18%
Avançado	77%

2023

Proficiência Média

680

↓ -73 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	0%
Básico	38%
Proficiente	13%
Avançado	50%

2024

Proficiência Média

726

↑ 46 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	0%
Básico	0%
Proficiente	46%
Avançado	54%

2022

Proficiência Média

681

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	9%
Básico	16%
Proficiente	25%
Avançado	50%

2023

Proficiência Média

702

↑ 21 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	4%
Básico	12%
Proficiente	30%
Avançado	54%

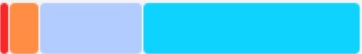
2024

Proficiência Média

720

↑ 18 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	2%
Básico	8%
Proficiente	29%
Avançado	62%

2022

Proficiência Média

649

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	10%
160 estudantes	
Básico	22%
349 estudantes	
Proficiente	32%
497 estudantes	
Avançado	36%
565 estudantes	

2023

Proficiência Média

694

↑ 45 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	5%
78 estudantes	
Básico	13%
202 estudantes	
Proficiente	30%
472 estudantes	
Avançado	52%
807 estudantes	

2024

Proficiência Média

697

↑ 3 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	5%
78 estudantes	
Básico	12%
190 estudantes	
Proficiente	29%
448 estudantes	
Avançado	54%
833 estudantes	

2022

Proficiência Média

617

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	18%
7494 estudantes	
Básico	25%
10347 estudantes	
Proficiente	31%
12885 estudantes	
Avançado	27%
11273 estudantes	

2023

Proficiência Média

664

↑ 47 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	9%
3916 estudantes	
Básico	18%
7858 estudantes	
Proficiente	32%
13667 estudantes	
Avançado	41%
17934 estudantes	

2024

Proficiência Média

662

↓ -2 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	9%
3689 estudantes	
Básico	19%
8050 estudantes	
Proficiente	31%
12915 estudantes	
Avançado	41%
17114 estudantes	

H 01 (D01)

100%

H 02 (D02)

96%

H 03 (D03)

100%

H 04 (D05)

83%

H 05 (D04)

69%

H 06 (D07)

73%

H 07 (D06)

68%

H 08 (D08)

86%

Até 40% De 41 até 60% De 61 até 80% Acima de 80%

Resultado PAEBES 2024

2º ano (língua portuguesa - escrita)

2024

Taxa de participação avaliados/previstos

89%

27

estudantes previstos

24

estudantes avaliados

Escola

Município

Regional

Rede

2022

Proficiência Média

746

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

1 estudantes

5%

Básico

0 estudantes

0%

Proficiente

4 estudantes

18%

Avançado

17 estudantes

77%

2023

Proficiência Média

703

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

1 estudantes

4%

Proficiente

11 estudantes

44%

Avançado

13 estudantes

52%

2024

Proficiência Média

753

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

0 estudantes

0%

Proficiente

3 estudantes

13%

Avançado

21 estudantes

88%

Escola

Município

Regional

Rede

2022

Proficiência Média

684

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

11 estudantes

4%

Básico

25 estudantes

9%

Proficiente

119 estudantes

42%

Avançado

129 estudantes

45%

2023

Proficiência Média

735

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

11 estudantes

4%

Básico

13 estudantes

4%

Proficiente

82 estudantes

27%

Avançado

196 estudantes

65%

2024

Proficiência Média

725

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

7 estudantes

3%

Básico

8 estudantes

3%

Proficiente

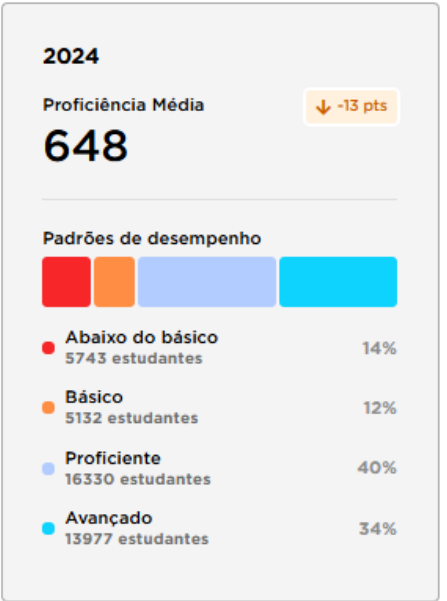
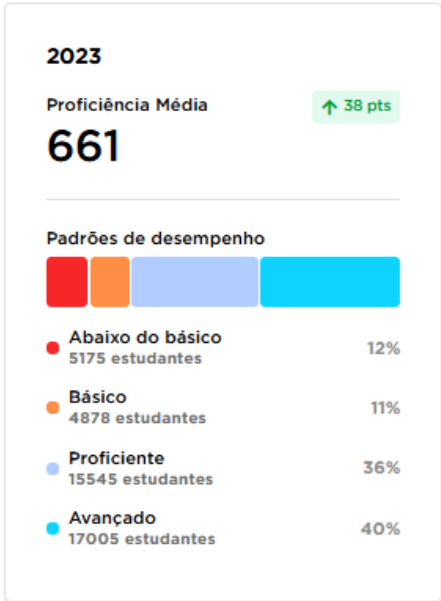
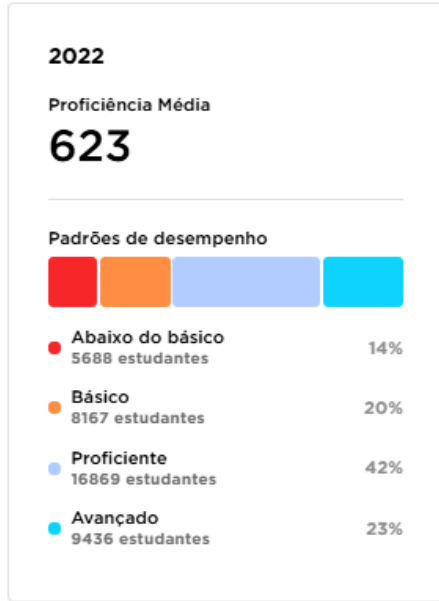
63 estudantes

24%

Avançado

181 estudantes

70%



H 01 (D09)

90%

H 02 (D10)

61%

● Até 40% ● De 41 até 60% ● De 61 até 80% ● Acima de 80%

Resultado PAEBES 2024

2º ano (língua portuguesa – leitura e escrita)

2024

Taxa de participação avaliados/previstos

↓ -3 p.p.

93%

27
estudantes previstos

25
estudantes avaliados

EscolaMunicípioRegionalRede

2022

Proficiência Média

758

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

1 estudantes

5%

Proficiente

4 estudantes

18%

Avançado

17 estudantes

77%

2023

Proficiência Média

↓ -57 pts

701

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

1 estudantes

4%

Proficiente

10 estudantes

40%

Avançado

14 estudantes

56%

2024

Proficiência Média

↑ 50 pts

751

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

0 estudantes

0%

Proficiente

2 estudantes

8%

Avançado

23 estudantes

92%

EscolaMunicípioRegionalRede

2022

Proficiência Média

685

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

15 estudantes

5%

Básico

27 estudantes

9%

Proficiente

120 estudantes

41%

Avançado

133 estudantes

45%

2023

Proficiência Média

↑ 48 pts

733

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

8 estudantes

3%

Básico

16 estudantes

5%

Proficiente

76 estudantes

25%

Avançado

204 estudantes

67%

2024

Proficiência Média

↓ -4 pts

729

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

6 estudantes

2%

Básico

10 estudantes

4%

Proficiente

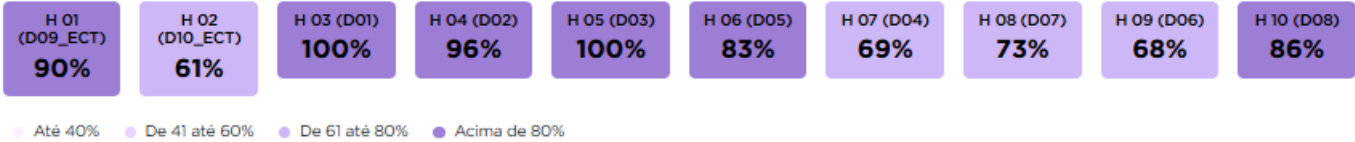
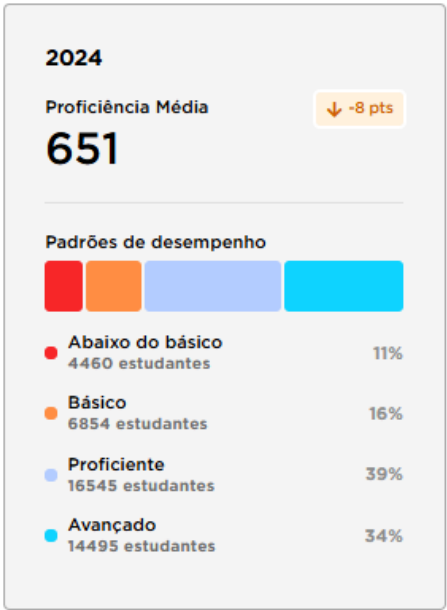
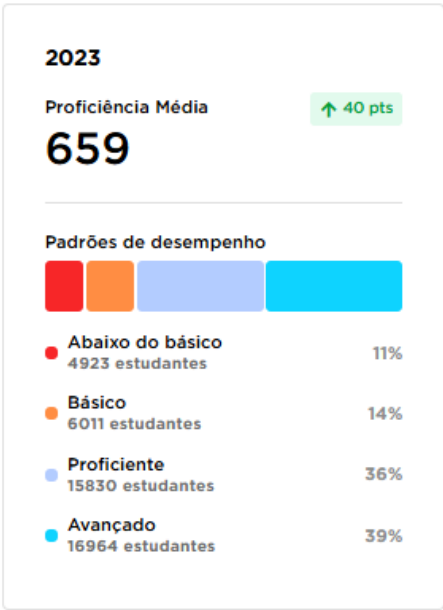
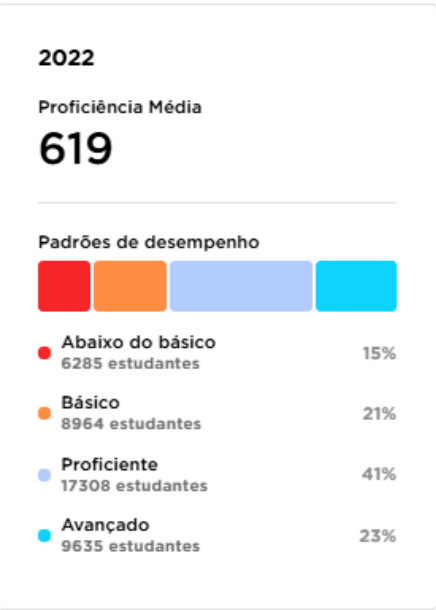
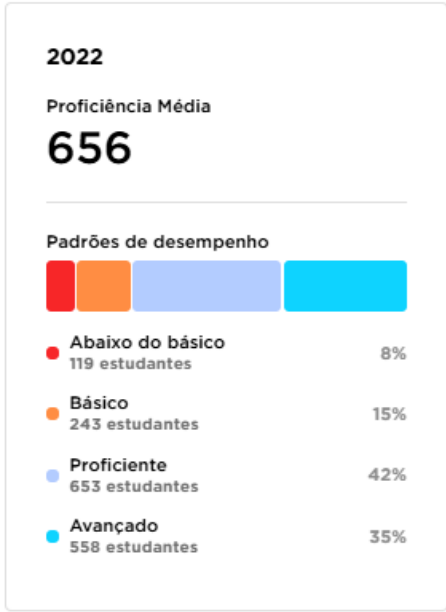
58 estudantes

22%

Avançado

188 estudantes

72%



Até 40%

De 41 até 60%

De 61 até 80%

Acima de 80%

Resultado PAEBES 2024

2º ano – matemática

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

89%

27
estudantes previstos

24
estudantes avaliados

↓ -7 p.p.

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

654

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

0 estudantes

0%

Proficiente

5 estudantes

22%

Avançado

18 estudantes

78%

2023

Proficiência Média

532

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

2 estudantes

8%

Básico

6 estudantes

24%

Proficiente

11 estudantes

44%

Avançado

6 estudantes

24%

↓ -122 pts

2024

Proficiência Média

636

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

0 estudantes

0%

Proficiente

6 estudantes

25%

Avançado

18 estudantes

75%

↑ 104 pts

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

563

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

11 estudantes

4%

Básico

54 estudantes

18%

Proficiente

122 estudantes

41%

Avançado

114 estudantes

38%

2023

Proficiência Média

580

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

8 estudantes

3%

Básico

40 estudantes

13%

Proficiente

115 estudantes

38%

Avançado

140 estudantes

46%

↑ 17 pts

2024

Proficiência Média

598

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

4 estudantes

2%

Básico

21 estudantes

8%

Proficiente

90 estudantes

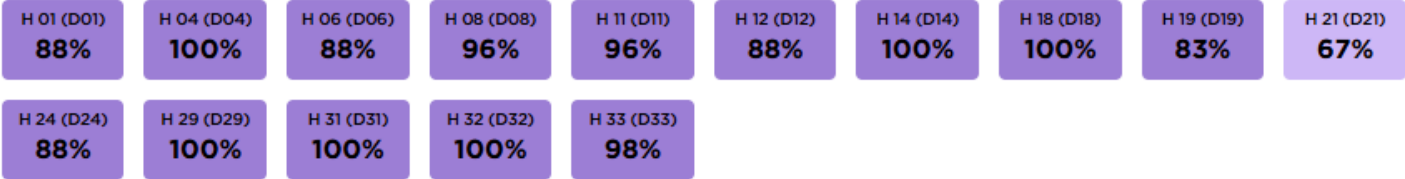
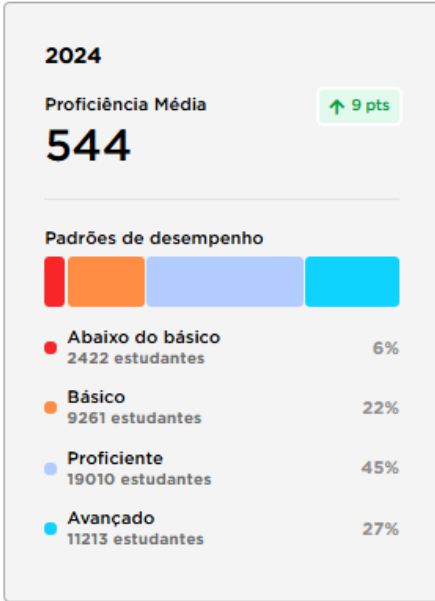
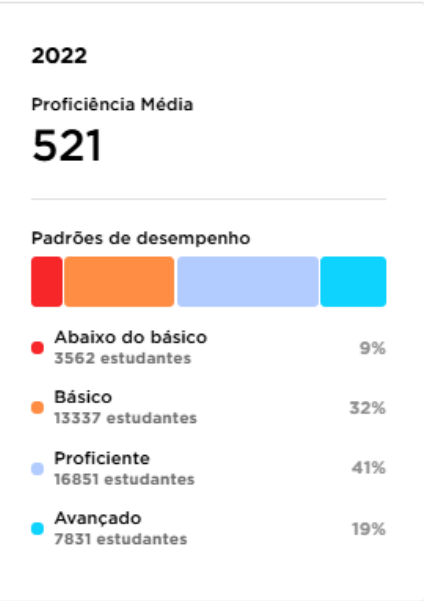
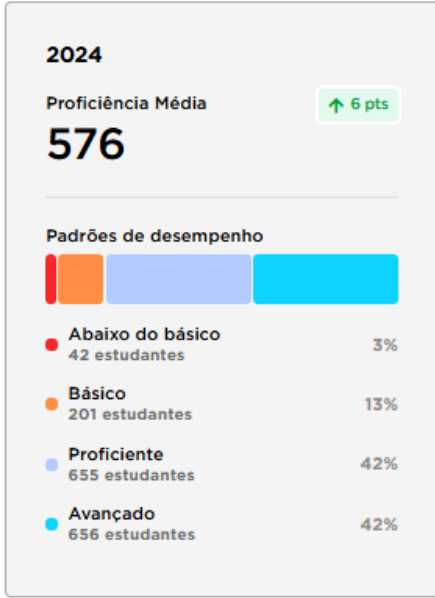
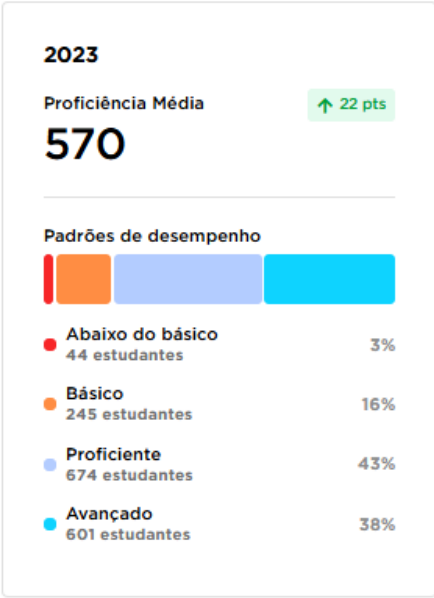
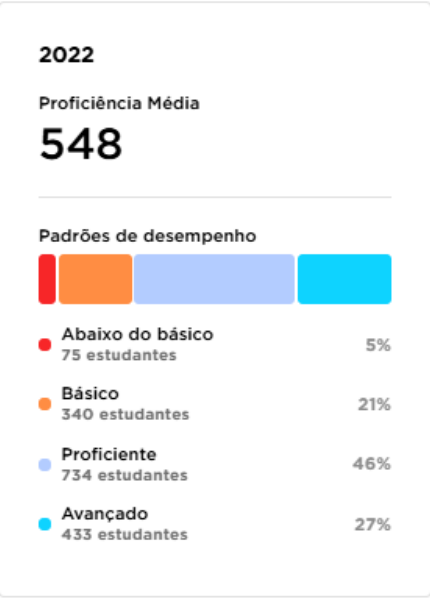
35%

Avançado

144 estudantes

56%

↑ 18 pts



Resultado PAEBES 2024

5º ano
Português

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

0 p.p.

100%

22

estudantes previstos

22

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

228

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	2 estudantes	7%
Básico	5 estudantes	19%
Proficiente	11 estudantes	41%
Avançado	9 estudantes	33%

2023

Proficiência Média

254

↑ 26 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	0 estudantes	0%
Básico	1 estudantes	4%
Proficiente	9 estudantes	38%
Avançado	14 estudantes	58%

2024

Proficiência Média

260

↑ 6 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	0 estudantes	0%
Básico	2 estudantes	9%
Proficiente	6 estudantes	27%
Avançado	14 estudantes	64%

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

219

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	26 estudantes	9%
Básico	84 estudantes	29%
Proficiente	104 estudantes	36%
Avançado	77 estudantes	26%

2023

Proficiência Média

230

↑ 11 pts

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	19 estudantes	6%
Básico	65 estudantes	21%
Proficiente	121 estudantes	39%
Avançado	103 estudantes	33%

2024

Proficiência Média

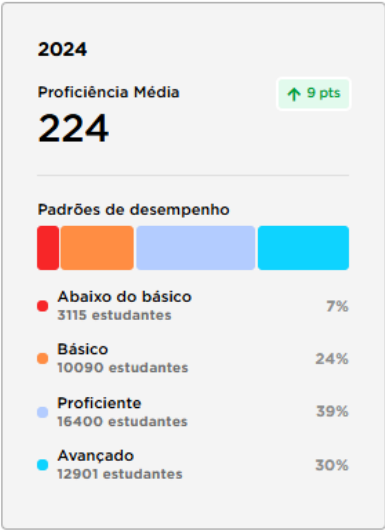
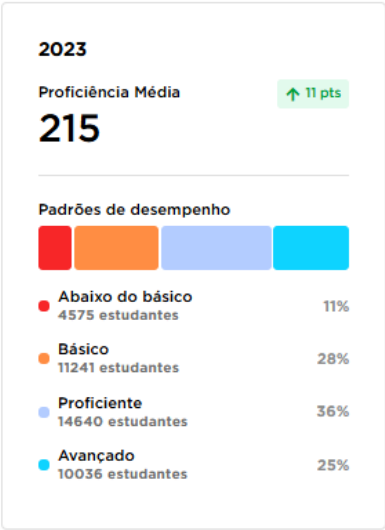
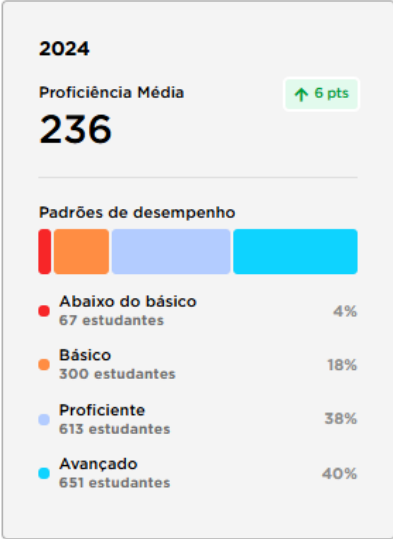
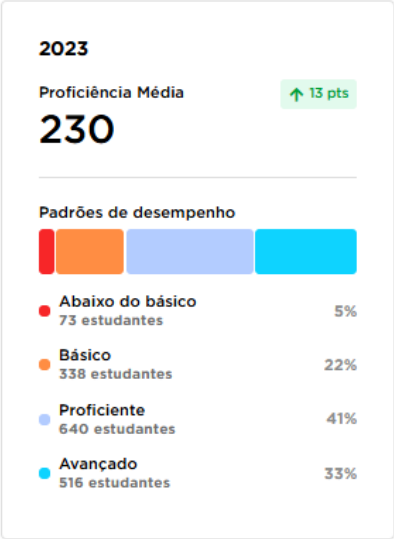
246

↑ 16 pts

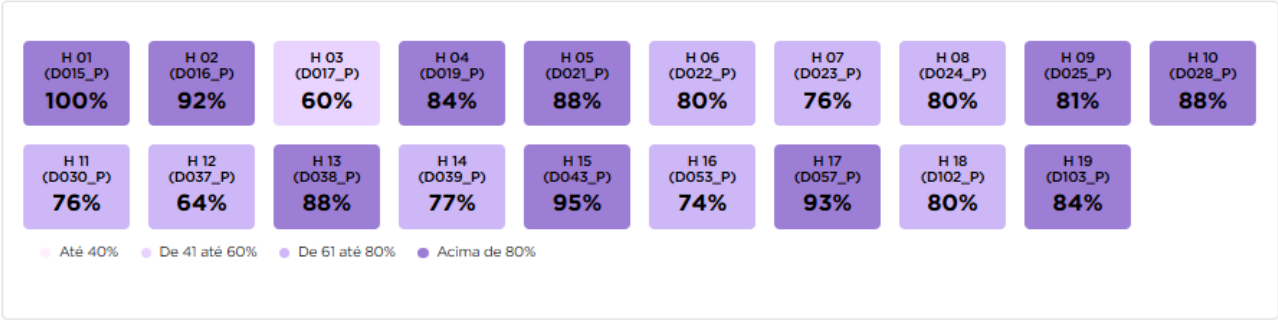
Padrões de desempenho



Abaixo do básico	11 estudantes	4%
Básico	47 estudantes	15%
Proficiente	94 estudantes	31%
Avançado	155 estudantes	50%



Habilidades



Resultado PAEBES 2024

5º ano
Matemática

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

0 p.p.

100%

22

estudantes previstos

22

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

252

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

1 estudantes

4%

Básico

7 estudantes

26%

Proficiente

10 estudantes

37%

Avançado

9 estudantes

33%

2023

Proficiência Média

↑ 1 pts

253

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

5 estudantes

21%

Proficiente

13 estudantes

54%

Avançado

6 estudantes

25%

2024

Proficiência Média

↑ 10 pts

263

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

4 estudantes

18%

Proficiente

11 estudantes

50%

Avançado

7 estudantes

32%

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

235

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

36 estudantes

12%

Básico

95 estudantes

33%

Proficiente

105 estudantes

36%

Avançado

55 estudantes

19%

2023

Proficiência Média

↑ 9 pts

244

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

25 estudantes

8%

Básico

86 estudantes

28%

Proficiente

119 estudantes

39%

Avançado

78 estudantes

25%

2024

Proficiência Média

↑ 11 pts

255

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

16 estudantes

5%

Básico

69 estudantes

22%

Proficiente

118 estudantes

38%

Avançado

104 estudantes

34%



9º ano
Português

Resultado PAEBES 2024

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

↓ -11 p.p.

86%

65

estudantes previstos

56

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

276

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	4%
3 estudantes	
Básico	43%
29 estudantes	
Proficiente	43%
29 estudantes	
Avançado	9%
6 estudantes	

2023

Proficiência Média

↓ -7 pts

269

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	12%
11 estudantes	
Básico	35%
33 estudantes	
Proficiente	41%
38 estudantes	
Avançado	12%
11 estudantes	

2024

Proficiência Média

↑ 28 pts

297

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	2%
1 estudantes	
Básico	25%
14 estudantes	
Proficiente	46%
26 estudantes	
Avançado	27%
15 estudantes	

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

255

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	11%
13 estudantes	
Básico	59%
72 estudantes	
Proficiente	25%
31 estudantes	
Avançado	5%
6 estudantes	

2023

Proficiência Média

↑ 4 pts

259

Padrões de desempenho



Abaixo do básico	16%
24 estudantes	
Básico	44%
67 estudantes	
Proficiente	33%
51 estudantes	
Avançado	8%
12 estudantes	

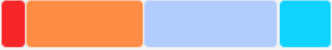
2024

Proficiência Média

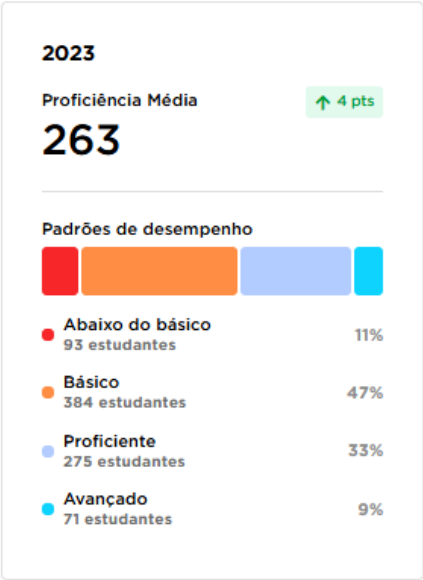
↑ 18 pts

277

Padrões de desempenho

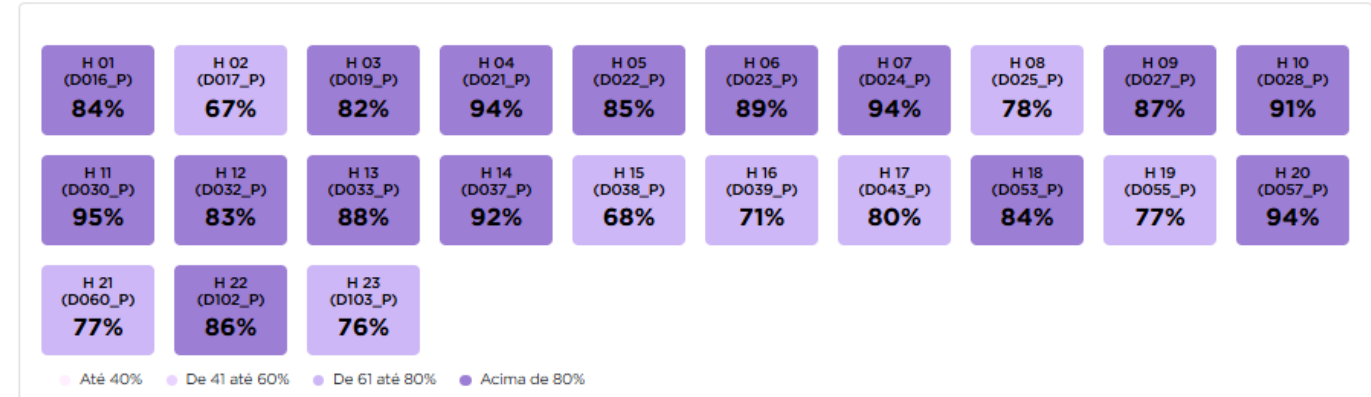


Abaixo do básico	7%
8 estudantes	
Básico	36%
42 estudantes	
Proficiente	41%
47 estudantes	
Avançado	16%
19 estudantes	



Habilidades

10000



Resultado PAEBES 2024

9º ano
Matemática

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

86%

65

estudantes previstos

56

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

285

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

5 estudantes

7%

Básico

38 estudantes

57%

Proficiente

21 estudantes

31%

Avançado

3 estudantes

4%

2023

Proficiência Média

281

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

12 estudantes

13%

Básico

46 estudantes

49%

Proficiente

28 estudantes

30%

Avançado

7 estudantes

8%

2024

Proficiência Média

311

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

4 estudantes

7%

Básico

16 estudantes

29%

Proficiente

26 estudantes

46%

Avançado

10 estudantes

18%

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

271

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

15 estudantes

12%

Básico

77 estudantes

63%

Proficiente

27 estudantes

22%

Avançado

3 estudantes

2%

2023

Proficiência Média

272

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

29 estudantes

19%

Básico

78 estudantes

51%

Proficiente

39 estudantes

25%

Avançado

8 estudantes

5%

2024

Proficiência Média

299

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

13 estudantes

11%

Básico

38 estudantes

33%

Proficiente

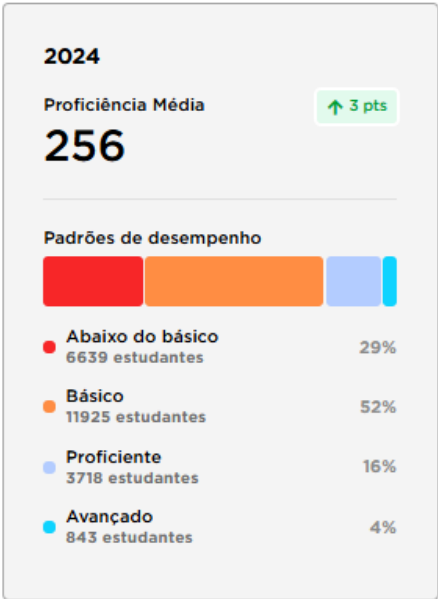
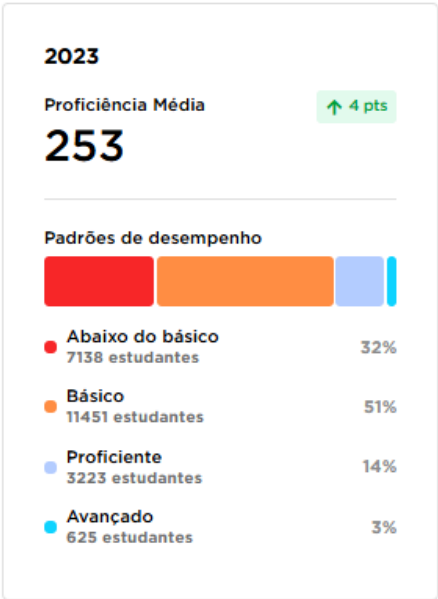
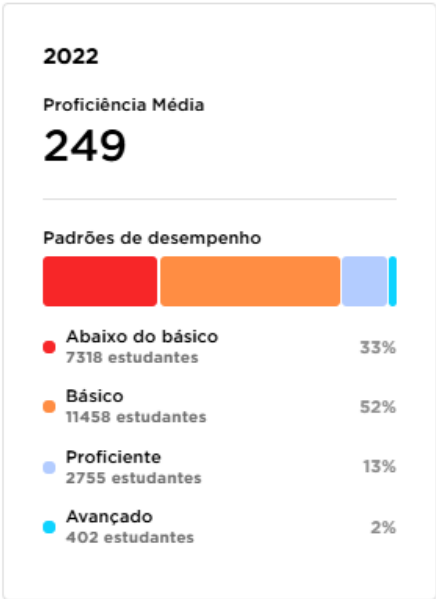
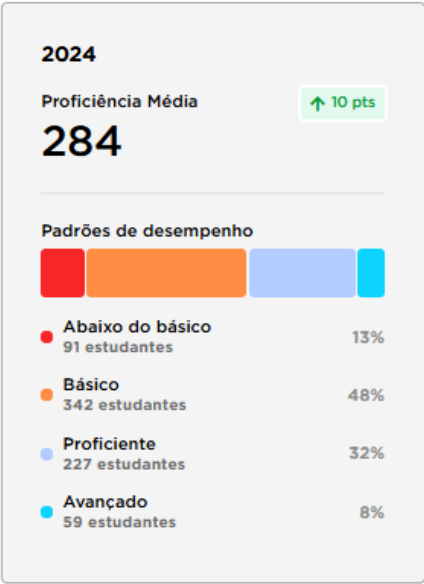
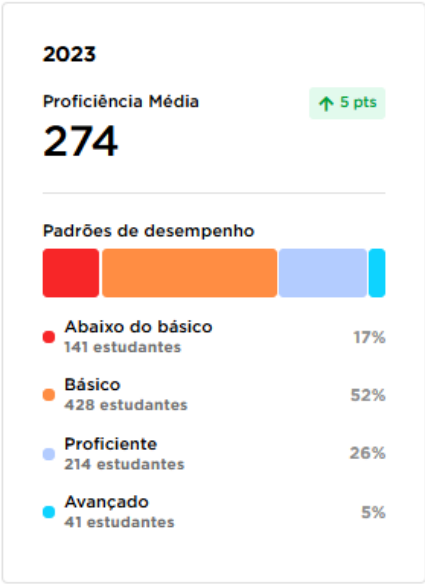
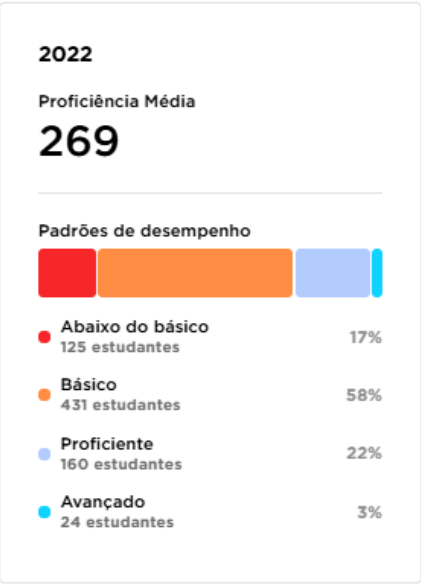
50 estudantes

43%

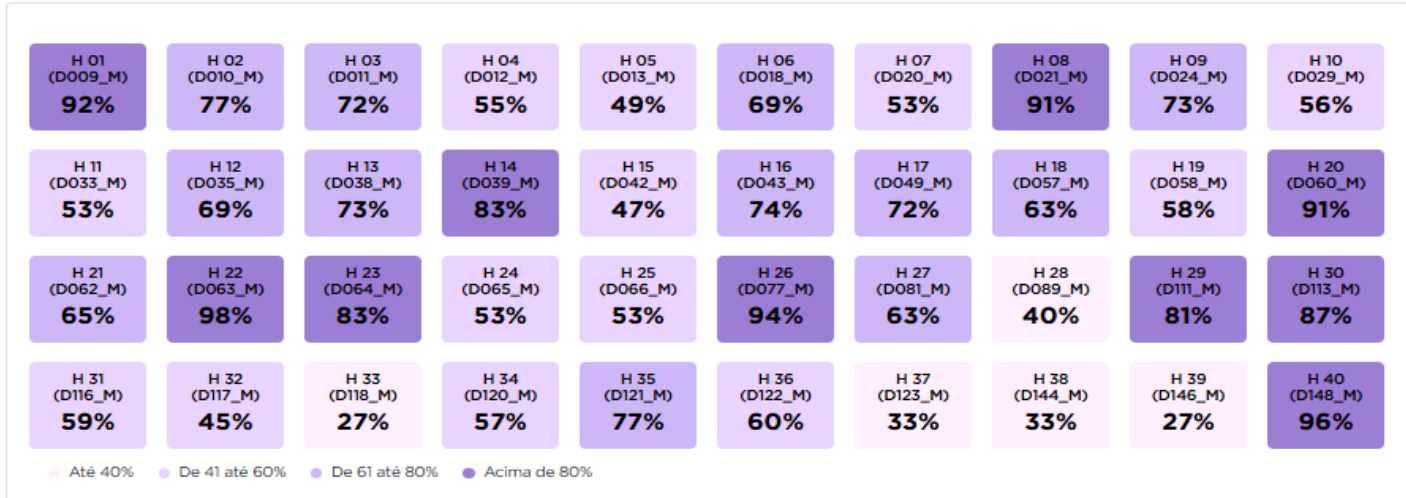
Avançado

15 estudantes

13%



Habilidades



Resultado PAEBES 2024

9º ano
Geografia

2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

- p.p.

89%

64

estudantes previstos

57

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

293

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

4 estudantes

6%

Básico

17 estudantes

25%

Proficiente

40 estudantes

60%

Avançado

6 estudantes

9%

-

Proficiência Média

- pts

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

- estudantes

-%

Básico

- estudantes

-%

Proficiente

- estudantes

-%

Avançado

- estudantes

-%

2024

Proficiência Média

- pts

304

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

0 estudantes

0%

Básico

15 estudantes

26%

Proficiente

35 estudantes

61%

Avançado

7 estudantes

12%

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

277

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

9 estudantes

8%

Básico

48 estudantes

40%

Proficiente

54 estudantes

45%

Avançado

9 estudantes

8%

-

Proficiência Média

- pts

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

- estudantes

-%

Básico

- estudantes

-%

Proficiente

- estudantes

-%

Avançado

- estudantes

-%

2024

Proficiência Média

- pts

287

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

7 estudantes

6%

Básico

39 estudantes

34%

Proficiente

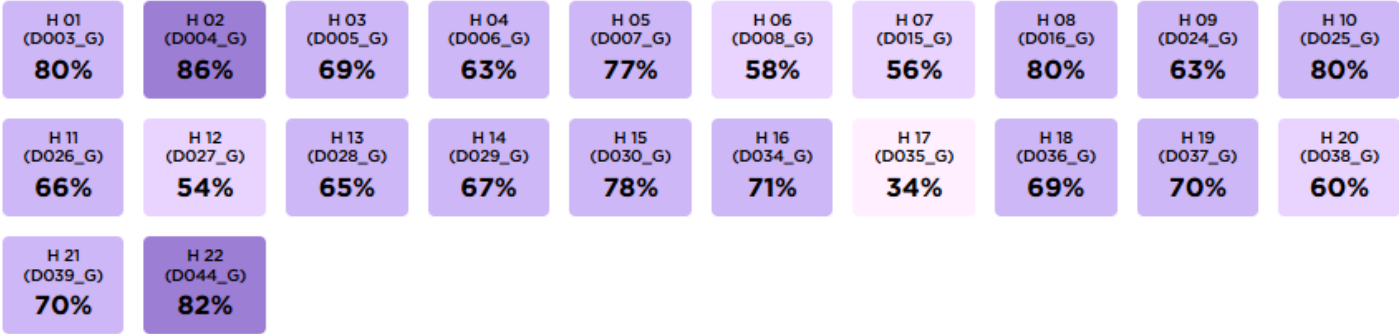
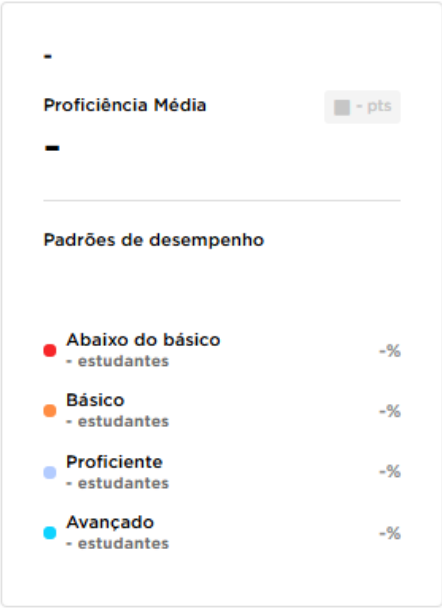
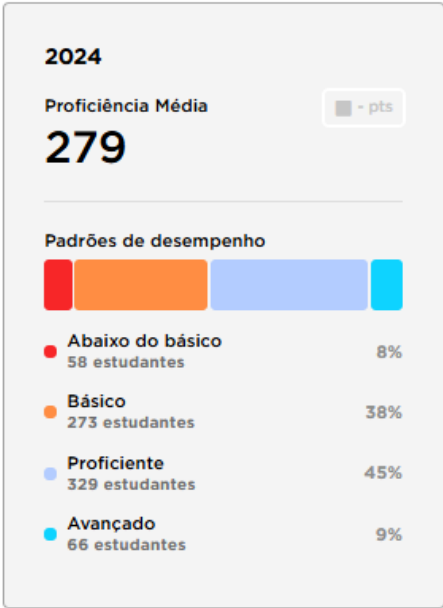
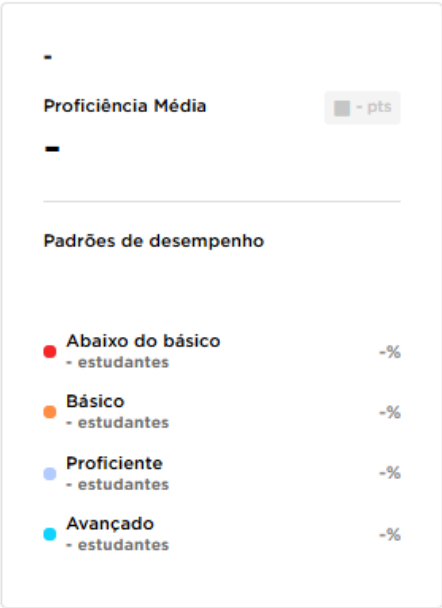
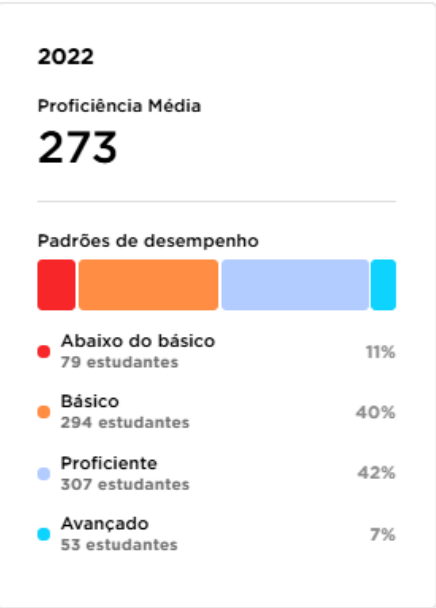
62 estudantes

53%

Avançado

8 estudantes

7%



2024

Taxa de participação
avaliados/previstos

- p.p.

89%

64

estudantes previstos

57

estudantes avaliados

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

302

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

2 estudantes

3%

Básico

16 estudantes

24%

Proficiente

39 estudantes

58%

Avançado

10 estudantes

15%

-

Proficiência Média

-

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

- estudantes

-%

Básico

- estudantes

-%

Proficiente

- estudantes

-%

Avançado

- estudantes

-%

2024

Proficiência Média

- pts

306

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

2 estudantes

4%

Básico

12 estudantes

21%

Proficiente

31 estudantes

54%

Avançado

12 estudantes

21%

Escola Município Regional Rede

2022

Proficiência Média

280

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

8 estudantes

7%

Básico

49 estudantes

41%

Proficiente

52 estudantes

43%

Avançado

11 estudantes

9%

-

Proficiência Média

-

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

- estudantes

-%

Básico

- estudantes

-%

Proficiente

- estudantes

-%

Avançado

- estudantes

-%

2024

Proficiência Média

- pts

285

Padrões de desempenho

Abaixo do básico

6 estudantes

5%

Básico

44 estudantes

38%

Proficiente

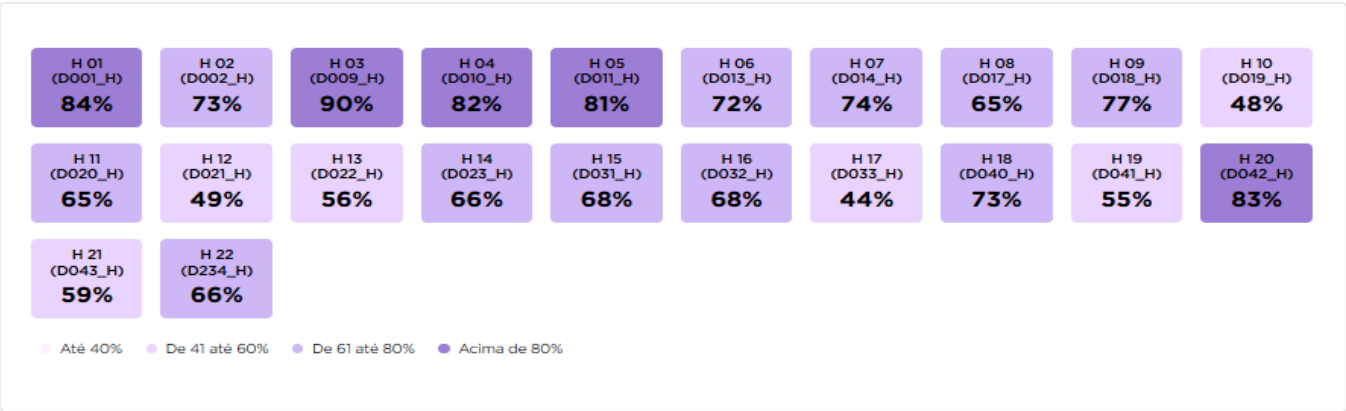
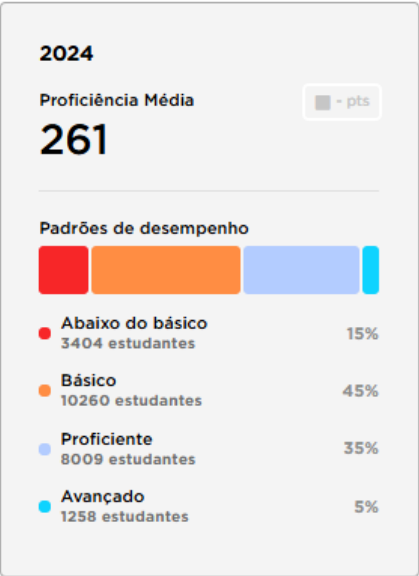
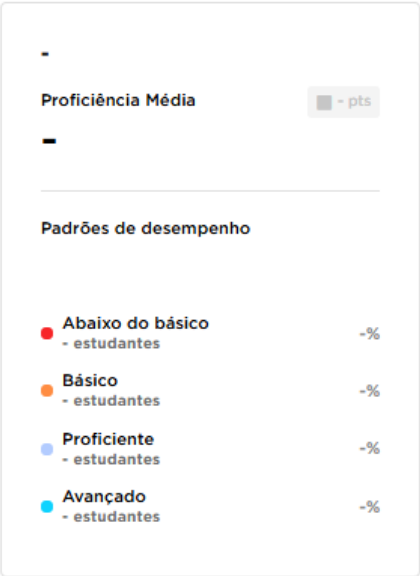
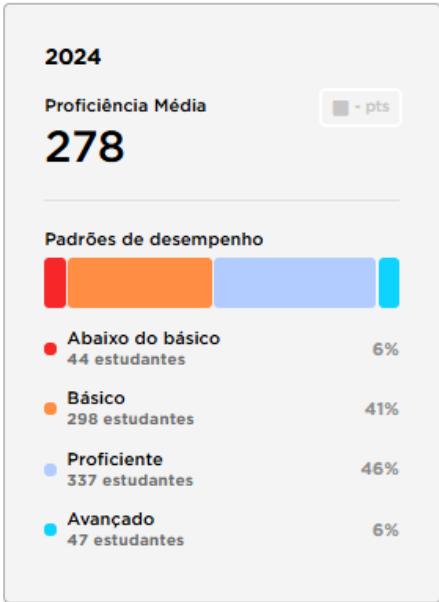
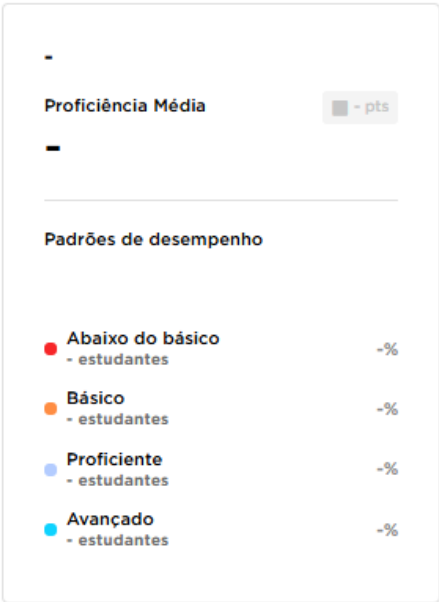
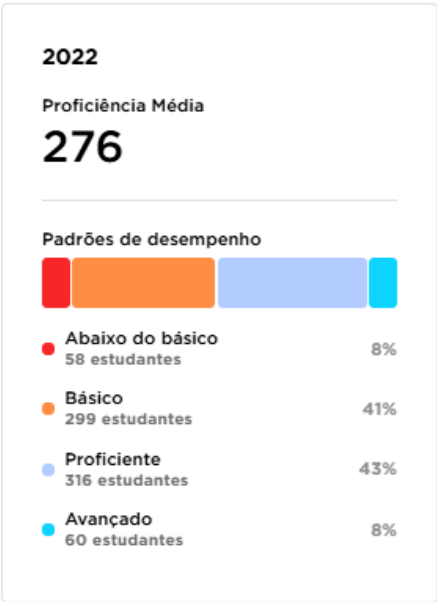
51 estudantes

44%

Avançado

15 estudantes

13%



1.3.4 Relação escola-comunidade

O acesso à comunidade onde a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola está inserida em sua grande maioria não conta com vias pavimentadas, sendo que o acesso à escola no sentido sede/escola é de fácil acesso e asfaltada, porém dificultoso para muitos alunos que veem de várias comunidades vizinhas e por se tratar de relevo montanhoso, o que se torna ainda mais difícil em épocas chuvosas.

Nossa comunicação com a comunidade acontece por meio de bilhetes e redes sociais (WhatsApp, Instagram e Facebook) em relação a eventos, ou a comparecimentos dos pais na escola. Também realizamos visitas quando a questão exige um pouco mais de cautela e de situação compromissada. Existe a dificuldade de sinal de telefones celulares em alguns locais na escola e a comunidade/escolar conta com uma linha fixa de comunicação e internet.

Para tanto, como formas de comunicação interna e externa e de integração com a comunidade foram criadas estratégias. Para atender a esse quesito a Escola Municipal de

Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola propôs a elaboração de um grupo no WhatsApp só para recados e informes aos funcionários da escola, na sala do professor e secretaria também existe um quadro para recados, comunicados, avisos e informes. Com a comunidade; faz-se uso da Internet por meio de criação de contas de e-mails; telefone fixo e celulares da equipe gestora que conforme as necessidades entram em contato com a escola, as demais informações ocorrem nas reuniões com pais e comunidade e plantão pedagógico. Quanto às verbas que a escola recebe e seu destino o conselho de escola AEC, toma conhecimento por meio de convites para reuniões onde são planejados os gastos em consenso. Outras vezes alguns comunicados são dados por meio das rádios da cidade. (projetos, encontros, festas comemorativas, etc.); reuniões de pais/responsáveis; e reunião de professores.

1.3.5 Objetivos e metas da escola

Objetivos:

Os objetivos propostos neste PPP visam alcançar a missão da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola através de uma educação de qualidade e com equidade, cuja finalidade consiste em promover o desenvolvimento integral do sujeito até a conclusão do Ensino Fundamental II, em suas diversas dimensões física, psicológica, humanística, cognitivas/intelectual e social, em articulação com a integração com a família e com a comunidade onde estão inseridos.

Diagnosticar as dificuldades de aprendizagem e trabalhar para superação das mesmas, buscando profissionais de apoio para reforço escolar, organizando os alunos em grupos com acompanhamento, até que os mesmos possam entender como funcionam as trocas de saberes entre si;

Estimular a formação de caráter, a valorização do ambiente escolar como espaço de aprendizagem e formação dos alunos, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- Colaborar na formação contínua de cidadãos críticos e conscientes;
- Articular a formulação, execução e avaliação de projetos que deem embasamento para a convivência futura;

- Preparar os alunos com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores, na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis a sua formação humana;
- Promover um maior envolvimento da família na escola, atuando como parceira para o sucesso e aproveitamento do aluno;
- Incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da educação de qualidade, da criação e difusão da cultura, o entendimento do homem e do meio, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade em que vivem por meio da educação;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- Formar alunos, aptos para a inserção na sociedade e para a participação no desenvolvimento das tarefas culturais, e coletivas;
- Promover a extensão, aberta à participação da população visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Adotar o processo democrático dentro das salas de aula, o trabalho de equipe considerando as diferenças como naturais e não como problemas, em representações de turmas e as solicitações das necessidades, bem como a condições de auto avaliação dos próprios educando Educação de qualidade.

Metas:

Nº/ ORDEM	META	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PERÍODO
01	Elevar em 85% a qualidade da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II ofertado na escola	Desenvolver os conteúdos em conformidade com o Currículo Básico da Escola Estadual emitidas as disciplinas por meio de atividades que atendam as	Equipe Pedagógica e professores.	2024

		necessidades dos alunos/as e as expectativas da comunidade escolar.		
02	Diminuir em 100% o índice de evasão escolar	- Desenvolver práticas pedagógicas que estimulem à permanência dos alunos na escola com garantia de promoção com qualidade de aprendizagem e respeitar o tempo de todos os alunos em suas diversidades e singularidades.	Equipe Pedagógica e Professores	2024
03	Manter o índice de aprovação na unidade buscando aprovação com qualidade em até 100%	- Estimular os alunos/as em seu processo de aprendizagem, garantindo a todos/as o direito de aprender e êxito na construção e tomada de posse dos conhecimentos reconhecidos pela	Equipe Pedagógica e Professores	2024

		comunidade científica.		
04	Restaurar em 100% a confiança da comunidade escolar	- Criar junto à comunidade escolar Mecanismos que venham propiciar sua participação na vida da escola e levar a todos ao sentimento de pertencimento; - Mobilizar a comunidade e força policial para que sejam evitados consumos de substâncias ilícitas no interior e entorno da escola.	Equipe Pedagógica, Professores, Responsável Pelo Programa PROERD	2024
05	Elevar em 100% as condições de trabalho dos professores para que tenham prazer em exercer sua função com dignidade	- Mobilizar os profissionais da educação, principalmente os professores para que possam evitar faltas injustificadas; - Manter relação com a Secretaria Municipal de	SEMED Equipe Pedagógica	2024

		Educação para que os casos de licenças médicas sejam resolvidos por meio de contratação imediata de profissionais substitutos.		
06	Propiciar a participação em até 100% dos alunos nas Provas internas e externas.	- Sensibilizar os alunos quanto à obrigatoriedade de participação nas provas do PAEBES E Olimpíadas principalmente pelos benefícios que os mesmos poderão adquirir, como por exemplo, a concessão de Bolsas de Estudo que utilizam essa avaliação.	Equipe Pedagógica, Professores	2024
07	Garantir que 100% dos alunos participem do exame PAEBES	- Desenvolver nos alunos o desejo de participação do PAEBES, considerando a oportunidade que	Equipe Pedagógica, Professores	2024

	e tenham sucesso	essa avaliação oferece para que os mesmos possam fazer auto avaliação acerca da apropriação dos conhecimentos obtidos.		
08	Estimular em 100% a formação continuada dos professores	- Criar condições para que os professores participem das formações ofertadas pela SEMED, bem como dos momentos reservados para estudos e formação na escola.	Equipe Pedagógica, Professores	2024
09	Organizar pelo menos 20% dos espaços escolares com atividades Lúdicas e atrativas	- Organizar os espaços escolares de forma a transformá-los em espaços formativos, atrativos e confortáveis aos alunos e todos os profissionais que fazem parte do	Equipe Pedagógica, Professores	2024

		processo ensino e aprendizagem.		
--	--	---------------------------------	--	--

1.4 Gestão Escolar

1.4.1 Apresentação da concepção de gestão democrática

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, a verba do PDDE - verbas diretas na escola o Programa Mais Alfabetização, algumas parcerias de voluntários e as doações de pais e comunidade por meio das festas realizadas na escola. A tipologia da Escola se caracteriza com um total de 503 alunos das Modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e, Educação Especial matriculados na instituição. Assim, segundo as Diretrizes Curriculares, a LDB e conforme as orientações e os seguimentos da Secretaria Municipal de Educação a escola tramitam com os encaminhamentos pedagógicos legais para a efetiva funcionalidade.

Sabe-se que de acordo com o poder Executivo / Legislativo o diretor escolar é ora eleito pela comunidade escolar, ora nomeado para o mandato de 02 anos, sendo ele o responsável por tudo que é delegado a escola. Com isso, seu papel é de fundamental importância dentro do processo de ensino – aprendizagem. Seu poder de compartilhar decisões poderá determinar o sucesso ou insucesso desse processo. Além disso, ele precisa garantir a qualidade em tudo o que irá executar, (espaço físico em bom estado de conservação, material didático pedagógico, RH atualizado e com responsabilidade, ensino significativo e de qualidade, entre outros). Os princípios que norteiam a gestão garantem a organização do trabalho em equipe e o desenvolvimento da aprendizagem que é o foco principal de uma gestão participativa e democrática.

Leis que regulamentam o processo de eleição de diretores.

Decreto Nº136/2014 – Que nomeia comissão para o Processo de Eleição de diretores.

Lei Nº 1.775/2007 – Dispõe sobre as funções de direção e coordenação escolares e gratificação.

Lei. Nº 1.874/2009 – Dispõe sobre os critérios de escolha dos diretores e coordenadores das Instituições municipais de Ensino e dá outras providencias.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola conta também com a antiga AEC-Associação Escola Comunidade, renovada para Associação Escola Comunidade (AEC) da Escola Municipal Agrícola. Essa, por sua vez participa de todas as tomadas de decisões que são necessárias e cabíveis para o bom desempenho do processo educacional da mesma e eventos que a envolve. A AEC funciona com a participação democrática de pais, alunos comunidade, professores e demais funcionários da escola. Assim como toda a gestão da escola é realizada de forma participativa e democrática as decisões são por si passam pelos mesmos tramites. Veja em Anexo ata de eleição e posse da diretoria, assembleia e outros registros da AEC Associação Escola Comunidade (AEC), da Escola Municipal Agrícola. Normalmente o que se tem visto nos regimentos dos Conselhos são as seguintes atribuições: atuar como corresponsável pela gestão da escola; participar das questões que envolvem a vida escolar dos alunos; participar da discussão sobre questões específicas relativas à aprendizagem: projeto pedagógico, avaliação; elaborar o regimento escolar; participar da elaboração do calendário escolar; participar da elaboração do plano de aplicação de recursos financeiros (junto a AEC); participar dos conselhos de classe e de outros movimentos de avaliação do processo educacional e participar das discussões e das soluções de problemas cotidianos da escola e que sejam de interesse coletivo.

A Constituição Federal de 1988 dispõe no inciso VI, do artigo 206, que a educação escolar será ministrada com base em princípios, estando entre eles a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Esta disposição constitucional é assumida na LDB/96, em seu artigo 3º, e complementada pelo artigo 14, que aponta os princípios norteadores no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, da seguinte forma:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01, também estabelecia, como objetivos e prioridades. [...] democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da

educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2002).

Como se pode verificar, a legislação educacional assinala a gestão democrática como princípio da educação nacional, presença indispensável em instituições escolares públicas e apregoa a existência de Conselhos Escolares como forma de participação e promoção do diálogo da comunidade educacional. Para Vasconcellos (2007), “o Conselho deve ser um espaço de exercício autêntico do diálogo, do poder de decisão, portanto, de resgate da condição de sujeitos históricos de transformação, na busca do bem comum no âmbito da escola e de suas relações”.

Os Conselhos Escolares, na medida em que reúnem diferentes segmentos da escola como diretores, professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos, alunos, pais, entre outros, têm um papel estratégico no processo de democratização e de construção da cidadania. O Conselho tem sua definição assim esclarecida por Cury:

A função do Conselho Escolar, então, está em garantir a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, promover a democratização da gestão e a descentralização do poder.

A importância da consolidação dos Conselhos Escolares na escola pública tem seu reconhecimento pelo governo federal por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 24 de abril de 2007 e do Decreto n. 6.094/07 que dispõe sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, programa estratégico do PDE, que define 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos alunos.

A Meta nº 25 do Plano, visa “Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso”.

Pode-se afirmar, então, que o Conselho Escolar é parte constitutiva da estrutura da gestão da escola e deve ser concebido como seu órgão máximo de deliberação. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas, isso significa que ele só existe enquanto estiver reunido. Vale ressaltar que nenhum membro do Conselho toma decisões fora do colegiado só porque é membro integrante dele.

O Conselho Escolar tem como funções as ações deliberativas, consultivas, mobilizadoras e fiscalizadoras. Sua composição pode assim ser definida: diretor da escola; representante dos alunos; representante dos pais ou responsáveis pelos alunos; representante dos professores; representante da equipe pedagógica; representante dos trabalhadores da educação não docentes; representante da comunidade local.

Os membros efetivos do Conselho Escolar são representantes de cada segmento, sendo que o diretor pode ou não ser “membro nato” do conselho, ou seja, o diretor no exercício da função tem a sua participação assegurada no Conselho Escolar; pode ser escolhido igual número de suplentes.

Os suplentes, por sua vez, podem estar presentes em todas as reuniões, mas apenas com direito a voz, se o membro efetivo estiver ausente; os conselhos devem ser constituídos por um número ímpar de integrantes, observando a proporcionalidade entre os segmentos.

A forma de escolha dos representantes é feita por eleição ou aclamação, quando há apenas uma chapa concorrendo. As atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes e normas gerais do sistema de ensino e das definições da comunidade escolar e local.

1.4.2 Descrição dos recursos humanos, físicos e tecnológicos

A escola mesmo sendo um prédio antigo, se apresenta bem conservada, as instalações de modo geral são boas e atendem em parte à demanda. É claro que a ampliação da escola abriria novas oportunidades de atendimento. Existem escadas seguras, que servem de acesso às salas de aula nº 5 e 6. A escola também dispõe de uma quadra de esportes com estrutura metálica e corredores por onde os alunos se movimentam durante o recreio. Na política de recursos humanos a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino fundamental Agrícola é composta por processos formativos previstos no calendário letivo anual em concordância com a SEMED. Encontram-se atualmente atuando na Escola 35 professores e 15 estagiários, sendo o quadro de profissionais docentes formado por um grupo qualificado, onde 99% possuem curso superior na área de atuação além de curso de Pós Graduação conforme quadro tabela -3. Em relação ao pessoal administrativo, a Escola Municipal Agrícola tem em seu quadro administrativo 26 funcionários, sendo 02 coordenador escolar, 01 diretor, 01 pedagoga e dois apoio pedagógico nos dois turnos todos são formados em curso superior e Pós-Graduados em área de educação conforme

indica tabela – 4. Conta ainda com 02 auxiliar de secretaria, 07 merendeiras, 06 serviçais, 01 braçal, 02 auxiliares de serviços gerais e dois vigias.

conforme quadro tabela - 3

Perfil do docente

1. PESSOAL DOCENTE					
Nº	Nome do Professor	Formação/ escolaridade	Disciplina	Situação Funciona l	Experiência Profissional
01	Priscila Novaes Carvalho	Licenciatura em Biologia Licenciatura em Física Pós-graduada	Ciências	EF	23 anos
02	Marinete de Araújo Proeschald	Licenciatura em Letras Português.	Recomposição	DT	01 anos
03	Carolina Gums Basílio	Licenciatura em Geografia Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Recomposição	DT	04 anos
04	Marlene Visintin Warth	Licenciatura em Matemática Pós-graduada	Matemática/Re- composição	EF	15 anos
05	Géssica Cabral	Licenciatura Ciências Biológicas Cursando Pós-graduada	Ciências	DT	01 anos
06	José Tércio Coelho	Licenciatura em Educação Física Pós Graduado em Educação Física	Educação Física	DT	25 anos

07	Ângela Maria do Rosário	Licenciatura em Matemática	Recomposição	DT	06 meses
08	Ivaldene Aparecida da Silva	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Núcleo Comum	DT	20 anos
09	Dayane Aparecida P. de Vargas	Licenciatura em Pedagogia Sistemas de informação – Tecnológico Pós-graduada	Técnicas Agrícolas	EF	15 anos
10	Santuza Caliman Tesch	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Educação Infantil	DT	18 anos
11	Elisangela Silva Soares	Licenciatura em Letras/Literatura/ Pós-graduada	Língua Portuguesa/ Literatura	EF	14 anos
12	Weslene Moura Rodrigues	Licenciatura em Letras, Língua portuguesa e Estrangeira Pós-graduado	Língua Estrangeira	DT	22 anos
13	Adriana Rodrigues	Licenciatura em pedagogia Pós-graduada	Núcleo Comum	DT	20 anos
14	Adriane Giestas Falqueto	Pós-graduada – Licenciatura em Pedagogia	Núcleo Comum	EF	18 anos

15	Rousiene Mageski dos Santos Souza	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Geografia Pós-graduado	Núcleo Comum	DT/ Cessão	18 anos
16	Maria de Lourdes da Silva	Licenciatura em Matemática Pós-graduado	Matemática	EF	25 anos
17	Michelle Nunes Almeida	Licenciatura Educação Física Pós-graduada	Núcleo Comum/ Educação Física	DT	16 anos
18	Cheila Carla de Souza	Bachareal em Ciências Contábeis Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	AEE	DT	23 anos
19	Quediman Barros Petter Schmith	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Núcleo Comum	EF	24 anos
20	Ramaiane Ineide Carnielli	Licenciatura em História Pós-graduada	História/	EF	15 anos
21	Raquel Zorzal Martins	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Artes Visuais Pós-graduada	Técnicas Economia	EF	26 anos
22	Luciana Sobreiro Pereira Correa	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Professora Especialista AEE	DT	18 anos
23	Gilmar Holunder	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduado	Profissional/ Monitor de Atividade Complementar	DT	4 anos

24	Sandra da Penha Tomaz Vanderlei	Licenciatura em Geografia Pós-graduada	Geografia	DT	8 anos
25	Rafael Pagung	Licenciatura Música Pós-graduado	Professor de Música	DT	6 anos
26	Huitlan Plácido	Licenciatura Música Pós-graduado	Professor de Música	DT	2 anos
27	Lia Fernanda de Matos	Licenciatura em Letras Pós-graduada	Lingua Portuguesa	EF	24 anos
28	Luciene Pagotto Zorzal	Licenciatura em Matemática Pós-graduada	Matemática	EF	20 anos
29	Vanilda Kuhl de Frizzera Dias	Licenciatura em História Pós-graduada	História	EF	18 anos
30	Maria Bethânia Lemos Daud	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	AEE	EF	15 anos
31	Ariane Viama de Paula	Licenciatura em Letras Português Pós-graduada	Língua Portuguesa/ Literatura	DT	3 anos
32	Viviane Perozini da Silva Côco	Licenciatura em Artes Visuais Pós-graduada	Arte	EF	15 anos

Conforme Indica Tabela – 4

2. PESSOAL ADMINISTRATIVO					
Nº	Nome do Funcionário	Formação/ escolaridade	Função	Situação Funcional	Experiência Profissional
01	Bernadeth Carnielli Costa	Licenciatura em História Pós-graduada	Diretora	EF	24 anos
02	Elaine Gomes de Oliveira	Licenciatura em Computação Pós-graduada	Coordenadora	EF	20 anos
03	Elaine Gomes Souza Menezes	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada	Pedagoga	DT	22 anos
04	Aline Susi Ott Ratzke	Licenciatura em Biologia Pós-graduada	Apoio Pedagógico	EF	
05	Roliks Ludgero Coutinho	Licenciatura em Matemática Pós-graduado	Coordenador	EF	21 anos
06	Maria Luisa de Azeredo Cola	Ensino Médio	Auxiliar de Sec. Escolar	EF	25 anos

07	Talita Pautz de Oliveira	Pós-graduada – Pedagogia – Licenciatura	Auxiliar de Sec. Escolar	EF	17 anos
08	Fabírcia Barbosa da Silva Santana	Ensino Médio	Auxiliar de Serviços Gerais	EF	3 anos
09	Eliane Souza Rosa	Ensino Médio	Serviçal	DT	1 anos
10	Elci Viana Paiva	Ensino Fundamenta II	Braçal	DT	2 anos
11	Eliza Martins Sales Dadalto	Ensino Médio	Merendeira	EF	22 anos
12	Fabiano Lopes Inoch	Ensino Médio	Serviçal	EF	2 anos
13	Fabiano José Custódio	Ensino Superior	Serviçal	EF	22 anos

13	Regina dos Santos Oliveira Küll	Ensino Médio	Merendeira	EF	16 anos
----	------------------------------------	--------------	------------	----	---------

14	Normi Will Seidel	Ensino Médio	Serviçal	EF	19 anos
15	Simone Batista Pereira Küll	Ensino Médio	Merendeira	EF	6 anos
16	Sabrina Da Silva Deorce Moreira Lima	Ensino Médio	Merendeira	DT	6 meses
17	Renata Dornelas da Costa Monteiro	Linceciatura em Artes Visuais Tecnica em Administração	ASE	DT	06 mese
18	Marlene Santos de Oliveira Lopes	Ensino Médio	Merendeira	DT	1 ano
19	Waldeci Daniel Galdino	Ensino Médio	Vigia	DT	1 ano
20	Orli Pereira Leite	Ensino Médio	Vigia	DT	1 ano
21	Samir Da Silva Deorce Moreira	Ensino Médio	Vigia	DT	1 ano
22	Evaldo Pedro	Ensino Médio	Vigia	DT	1 ano

23	Joana D'Arc de Oliveira Krause	Ensino Fundamental	Serviçal	DT	02 meses
24	Cirlene Rosa de Freitas de Souza	Ensino Fundamental	Serviçal	DT	01 ano
25	Aurea Leonor Corrêa Vieira	Ensino Fundamental	Merendeira	DT	01 ano
26	Bruna Maria da Penha Lopes	Ensino Fundamental	Merendeira	DT	01 ano
27	Arinéia De Oliveira Anibal	Ensino Fundamental	Merendeira	DT	06 meses
28	João Vitor Mariano Veloso	Ensino Superior Incompleto	Estagiário	DT	01 ano
29	Verônica de Moraes Seidl	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	01 ano
30	Camila Silva de Oliveira	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	01 mês
31	Sofia Guimarães Folador	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	06 mês

32	Filipe Anônio Alves da Silva	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	06 mês
33	Ana Carolina Davila	Licenciatura em Pedagogia	Cuidadora	DT	06 meses
34	Ana Laura Kepp Kurth	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	06 mês
35	Isabela Novais Tonoli Bernardo	Ensino Superior Incompleto	Estagiária	DT	06 mês

1.4.2.1 Instalações Gerais

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola localizada a 07 quilômetros da sede do município de Afonso Cláudio/ES possui prédio próprio, e sua infraestrutura física se encontra em boas condições de funcionamento uma vez que passa por pequenos reparos a cada início de ano. Esses acontecem com a colaboração de pais, comunidade e verba da própria escola (verba de festas, doações de voluntários e parcerias). O prédio da escola, apesar de já ter passado por várias ampliações, possui uma estrutura física apresentável e confortável aos alunos. Existem 11 salas de aula, 1 secretaria, 2 salas pedagógicas, 02 sala administrativas, 1 sala de professor com 1 banheiro, 1 sala de diretor, 1 sala de recurso de AEE (atendimento educacional especializado), 1 sala para material de educação física, 1 depósito de gêneros alimentícios, 1 cozinha, 1 galpão agregado à cozinha, 1 refeitório, 1 banheiro acessível, 5 banheiros feminino, 5 banheiros masculino, 1 almoxarifado, 1 galpão de acesso à quadra de esporte e 1 de entrada da escola, 1 quadra esportiva anexada a escola, 1 pátio coberto, 1 pátio cercado ao ar livre com parquinho infantil, 1 casa de artes para as aulas de Técnicas de Economia Doméstica (TED), 1 horta escolar (para uso da disciplina de Técnicas Agrícolas(TA). Além disso, a escola conta com uma grande área (pátio) de acesso dos alunos entorno da escola e 1 campinho de areia.

1.4.2.2 Instalações Administrativas

Número de Ordem	DEPENDÊNCIA	METRAGEM	MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS
01	SECRETARIA	L X C 2,85X5,26	1 ar condicionado, 2 computadores de mesa, 01 impressora, 1 bancada de granito, 01 mesa de granito, 2 cadeiras estofadas, 1 cadeira estofada e reclinada, 1 armário fichário, 1 cômoda, 7 armários de metal com duas portas, 1 quadro de cortiça.

02	COORDENAÇÃO	L X C 3,24X7,36	01 Computadores de mesa, 01 uma impressora multifuncional, 3 cadeiras estofadas, 1 relógio de parede, 1 ar condicionado, 1 lixeira, 06 armários de aço com 2 portas, 4 armários fichário, 1 amplificador de som, 1 quadro branco.
03	SALA DO DIRETOR	L X C 3,10X3,86	1 quadro branco, 1 mesa pequena p/ computador, 1 mesa c/ 6 gavetas p/ computador, 1 computador, 3 cadeiras, 1 ar condicionado, 1 lixeira, 1 impressora multifuncional, 1 televisão, 1 armário com 2 portas, 1 balcão com 2 portas e 3 gavetas.
04	SALA PEDAGÓGICA (1) DENTRO	L X C 3,10 X 3,86	2 quadros brancos, 1 armário ficheiro, 1 mesa de granito c/ 4 cadeiras, 1 impressora, 1 monitor, 1 CPU, 1 móvel c/ 2 portas, c/ 1 gaveta, 1 móvel c/ 6 portas, 1 móvel c/ 3 portas, 2 gavetas, 1 prateleira, 1 ventilador de teto, 1 cadeira estofada, 1 ar condicionado, 1 bancada p/ computador.
05	SALA PEDAGÓGICA (2) FORA	L X C 2,74x3,55	1 bancada p/ computador, 4 cadeiras estofadas, 1 móvel c/ 2 portas, 1 móvel c/ 2 portas e 1 gavetas; 2 computadores, 1 bancada p/ computador, 3 monitores, 1 ar condicionado, 2 impressoras, 1 roteador e 1 distribuidor, 1 móvel pequeno c/ 2 gavetas e 2 quadros branco.

1.4.2.3 Salas de Aula

Número de Ordem	DEPENDÊNCIA	METRAGEM	MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS
01	SALA: 01	L X C 7,10x5,92	27 mesas, 28 cadeiras, 1 mesa de professor, 2 ventiladores de teto, 01 ventilador de parede, 1 quadro branco, 1 ar condicionado.
02	SALA: 02	L X C 5,94x7,13	24 mesas, 24 cadeiras, 1 mesa de professor, 3 ventiladores de teto, 1 ventilador de parede, 1 quadro branco, 1 ar condicionado.
03	SALA 03	L X C 6,57x4,75	26 mesas, 26 cadeiras, 1 mesa de professor, 3 ventiladores de teto, 2 quadros branco, 01 ar condicionado
04	SALA 04	L X C 8,02x7,22	32 mesas, 32 cadeiras, 1 mesa de professor, 1 ar condicionado, 2 ventiladores de teto, 1 quadro branco, 01 ar condicionado 1 televisor.
05	SALA 05	L X C 6,64x4,79	1 mesa, 1 cadeira, 19 cadeiras universitárias, 1 mesa de professor, 1 ar condicionado, 2 ventiladores de teto, 1 ventilador de parede, 1 quadro branco.
06	SALA 06	L X C 8,04x7,23	34 mesas, 34 cadeiras, 1 mesa de professor, 2 ares condicionados, 4 ventiladores de teto, 1 ventilador de parede, 1 quadro branco.
07	SALA 07	L X C 5,94x6,15	25 mesas, 25 cadeiras, 1 mesa de professor, 1 quadro branco, 2 ventiladores de teto, 1 ventilador de parede, 1 ar condicionado.

08	SALA 08	L X C 8,09x7,24	26 mesas, 26 cadeiras,1 mesa de professor, 2 ventiladores de teto, 1 ventilador de parede ,1 quadro branco,1 ar condicionado
09	SALA 09	L X C 5,94x7,14	25 mesas, 25 cadeiras,1 mesa de professor,2 ventiladores de teto,1 ventilador de parede, 1 quadro branco,1 ar condicionado.
10	SALA 10	L X C 5,10x8,40	30 mesas, 30 cadeiras,1 mesa de professor, 2 ventiladores de teto, 1 ar condicionado, 1 quadro branco.
11	SALA 11- EDUCAÇÃO INFANTIL	L X C 6,15 x 5,15	5 mesas pequenas coloridas ,22 cadeiras,1 mesa grande, 2 armários de aço,1 quadro branco,1 ar condicionado.

1.4.2.4 Laboratórios

A Escola Municipal Agrícola não dispõe de espaço físico para um laboratório, mas tem como projeto junto a SEMED a aquisição de um laboratório móvel.

1.4.2.5 Biblioteca e seu funcionamento

Possuímos um acervo literário para professores e alunos, mas não temos o espaço escolar para funcionamento da biblioteca.

Número de Ordem	DEPENDÊNCIA	METRAGEM	MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS
01	SALA DOS PROFESSORES	L X C 5,32X4,90	2 computadores de mesa,12 cadeiras,1 mesa,2 balcões, 5 armários, 2 cortinas,2 globos terrestres,1 planetário,1 bebedouro elétrico, 2 ventiladores, 1 ar condicionado.

02	BANHEIRO DOS PROFESSORES	L X C 1,27x3,22	1 lavatório,1 vaso sanitário,1 espelho,1 cesto de lixo,1 chuveiro,
03	ÁREA DE CIRCULAÇÃO (GALPÃO)	L X C 13,95x10,27	1 mesa, 3 bancos 3 armários de aço,1 armário vitrine,1 balcão,3 cadeiras, 2 armários (36 portas) 1 armário de aço 12 portas.
04	COZINHA (1) DENTRO	L X C 5,91 X 7,12	2 fogões industriais c/ 4 bocas,1 balcão de aço c/ 3 portas e 3 gavetas, 3 geladeiras, 1 armário de aço com 6 portas, 1 armário de madeira c/ 16 portas e 12 gavetas, 2 pias,1 tanque, 02 botijões de gás, 2 ventilador de teto, 1 tufão.
05	COZINHA (2) FORA	L X C 30,75 X 5,00	6 mesas de granito, 3 geladeiras, 5 fogões com 4 bocas, 1 máquina de lavar, 2 micro-ondas, 8 freezers horizontal de 2 portas, 1 freezer na vertical, 1 mesa pequena de granito, 05 armários de aço c/ 2 portas, 11 bancos de madeira, 9 botijas de gás, 1 armário de MDF com 24 portas.
06	DEPÓSITO DE MERENDA	L X C 1,63X7,00	1 bancada com 2 portas de aço, 6 prateleiras de aço com granito.
07	ÁREA COBERTA	L x C 22,40X4,27	3 bebedouros, 05 lixeiras, 16 mesas, 50 cadeiras, 5 bancadas de granito, 2mesas de metal, 2 bancos, 2 armários de MDF com 8 portas.
08	SALA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	L X C 1,86x2,93	2 armários de aço,5 bolas de futsal,3 bolas de voleibol, 3 bolas de basquete, 3 bolas handebol, 40 cones,15 colchonetes, 1 balança

			digital, 2 jump, 1 lixeira, 1 rede de vôlei, 1 jogo de xadrez, 30 coletes.
09	SALA MULTIFUNCIONAL	L X C 3,70x2,93	1 armário de aço com 2 portas, 2 armários de madeira, 1 computador de mesa, 1 mesa com quatro cadeiras, 1 ar condicionado, 1 quadro branco, 1 bancada de granito, 5 cadeiras, 1 roteador, 1 gaveteiro plástico.
10	ALMOXARIFADO	L X C 5,00x2,93	2 estantes de aço, 1 estantes de madeira, 1 armários de madeira, 2 armários de aço, 2 armários (ficheiro), 4 1 mesa, 1 compressor, 1 maquina, 1 máscara de soldar, 1 aparelho de solda, 1 perfurador de solo, 1 motosserra, 1 pulverizador, 2 bombas lava jato, 6 caixa de som grande, 1 tela de Datashow.
11	BANHEIRO COM ACESSIBILIDADE	L X C 1,24 x 2,93	1 vaso sanitário, 1 espelho, 1 lavatório, 1 chuveiro, 1 cesta de lixo.
12	BANHEIRO FEMININO	L X C 1,24 x 4,08	6 vasos sanitário, 1 espelho, 1 pia com duas torneiras, 1 chuveiro.
13	BANHEIRO MASCULINO	L X C 2,94 x 4,08	5 vasos sanitário, 1 espelho, 1 pia com duas torneiras, 1 chuveiro.
14	ÁREA COBERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	L X C 5,14 x 22,74	1 lavatório, 1 mesa grande, 3 bancos, 1 playground, 1 bancada de granito.
15	QUADRA	L X C 38,00x22,40	2 traves
16	HORTA	L X C 8,00x7,20	Hidroponia (produção de hortaliça na água), sistema de irrigação, 1 bomba, 3 caixas de água.

17	SALA DA HORTA	L X C 6,60x4,00	14 mesas,12 cadeiras,1 quadro branco
18	DEPÓSITO DA HORTA	L X C 8,37x4,35	19 Enxadas, 1 foice, 5 pás, 1 martelo, 3 carriolas, 2 galochas, 2 rastelos, 4 cavadeiras, 3 enxadões, prego, Parafuso, 1 serrote,1 roçadeira, 1 tobata, 1 esmeril, 1 prensa.
19	SALA DE TED	L X C 4,50x3,25	2 mesas grandes, 4 bancos,13 cadeiras, 2 mesas pequenas.
20	COZINHA DA SALA DE TED	L X C 7,0x2,40	2 freezer,1 geladeira, 1 fogão industrial,1 armário de aço,1 prateleira de madeira

1.4.3 Perfil de profissionais

Os profissionais da Escola Municipal Agrícola, tanto professores em regência de classe quanto ocupantes de outros cargos são recrutados por meio de processo seletivo estabelecido pela SEMED e prefeitura onde são relevantes as questões quanto à formação e experiência profissional. Portanto, a Escola não tem autonomia própria para selecionar profissionais e servidores, sendo esta uma prerrogativa da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio por meio da SEMED. Todos os profissionais/servidores que não são efetivos/ concursados/ estáveis, são contratados por meio de Contrato Temporário, sendo que os docentes são remunerados conforme sua formação.

1.4.4 Mecanismo de recrutamento, seleção e contratação

O processo de recrutamento de pessoal começa quando surgem necessidades de preenchimentos de um ou mais postos de trabalho nas escolas. O setor responsável SEMED-Secretaria de Educação recebe a solicitação de pessoal, geralmente com o perfil do candidato, experiência exigida, qualificações etc. Independente da vaga do profissional, a escola busca cumprir com o seu papel de informar a necessidade e, é recomendado que o setor que irá realizar o recrutamento saiba exatamente qual é o tipo de profissional que a

escola carece e está buscando. Mesmo diante de análise dos currículos ainda pode ocorrer indicações por parte do poder público Legislativo e Executivo. O processo de recrutamento de pessoal precisa ser alimentado por fontes de recursos humanos que estejam interessados nas vagas disponíveis e também que preencham os pré-requisitos estabelecidos pelo RH, SEMED e Edital. De acordo com as necessidades vigentes de 2024, após o concurso de remoção do quadro efetivo do magistério, segue abaixo o edital para recrutamento - contratação do pessoal do magistério/2024.

EDITAL Nº 006/2023 - SEMED

ESTABELECE NORMAS PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA OS CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL (MaPa e MaPB), PARA O ANO LETIVO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO - ES.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e:

Considerando a necessidade de promover o preenchimento de vagas na Rede Municipal de Ensino, bem como adequar o processo de admissão em Regime de Designação Temporária, de Profissionais da Educação, de acordo com a o Art. 24 da Lei nº 9.394/96 em cumprir, no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 horas no ano escolar;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Profissionais do Magistério (MaPA e MaPB), para atender as necessidades de excepcional interesse público da Rede Municipal de Ensino, de acordo com a Lei nº 1886/2010, capítulo X, artigos 28, 29, 30, 31 e seus incisos;

Considerando a Comissão Especial constituída através da Portaria nº 231/2021, com a finalidade de conduzir a realização do processo para contratação em Regime de Designação Temporária para o ano letivo de 2024.

Mediante considerações acima mencionadas a Secretaria Municipal de Educação de Afonso Cláudio, torna público o processo para contratação em Regime de Designação Temporária, para o ano letivo de 2024, dos profissionais do Magistério (MaPA e MaPB), para atendimento às excepcionais necessidades de interesse público da Rede Municipal de Ensino.

1.4.5 Condições institucionais do trabalho docente e administrativo

A Escola Municipal Agrícola em suas condições institucionais de trabalho busca atender as demandas da instituição de forma democrática, participativa e transparente, zelando sempre para o bom desempenho de cada profissional que venha fazer parte do quadro dos funcionários da escola para que a Educação aconteça com qualidade e equidade.

Observações:

- A duração de cada aula será de 60 minutos.
- Carga horária semanal (Aula): 20 horas
- Horas aula anual mínima por Série: 800 horas
- Dias letivos: 200
- Módulo: 40 semanas
- O recreio não está incluído na carga horária semanal: 20 min.
- Os temas transversais serão desenvolvidos de forma integrada aos conteúdos das diversas áreas do conhecimento.
- Horário de entrada Vespertino: 12h20min – 16h50min
- O conteúdo programático ao qual se refere à Lei nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro – Brasileira e Africana é ministrado nas diversas disciplinas ou por meio de projeto interdisciplinar.
- O componente curricular Ensino religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno.

Observações:

- A duração de cada aula será de 50 minutos.
- Turno com 05 aulas de 50 minutos cada.
- Carga horária semanal (Aula): 25 horas
- Carga horária semanal (relógio): 20 horas
- Horas aula anual mínima por Série: 800 horas
- Dias letivos: 200
- Módulo: 40 semanas
- O recreio não está incluído na carga horária semanal: 20 min
- Os temas transversais serão desenvolvidos de forma integrada aos conteúdos das diversas áreas do conhecimento.
- Horário de entrada Matutino: 7h00min – 11h30min

- O conteúdo programático ao qual se refere à Lei nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro – Brasileira e Africana é ministrado nas diversas disciplinas ou por meio de projeto interdisciplinar.
- O componente curricular Ensino religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

1.4.6 Formação continuada dos profissionais *Resolução CEE/ES 3.777/2014 – artigo 66*

Durante todo o ano letivo, os profissionais participam de formações continuadas na escola, dirigidas pelo setor pedagógico, formações online propostas pela SEMED, além de formações presenciais que discutem temas de relevância levantados pelos professores, pedagogos e diretores. Os professores contam as Plataformas Cefope, Avamec e outras em que constantemente tem professores aprofundando suas práticas.

1.4.7 Política de apoio ao estudante

A Escola Municipal Agrícola se considera uma gestão, porque investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e segmento escolar; promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo democrático. A importância dos órgãos colegiados na escola é tema recorrente quando se aborda a gestão democrática, pois esses garantem, na forma da lei, a prática da participação na escola, na busca pela descentralização do poder e da consciência social entorno da oferta de uma educação de qualidade. Diante da função da educação escolar, pode-se notar que a dinâmica de trabalho dá embasamento para uma dimensão da cidadania, o que implica o direito de todos os sujeitos ao conhecimento sistemático, como acesso ao saber historicamente acumulado, o patrimônio universal da humanidade. Esse direito está explicitado no inciso III, do art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “zelar pela aprendizagem dos alunos”, isso significa

priorizar o processo de aprendizagem do aluno e possibilitar condições para a prática cidadã. Para que os alunos tenham possibilidade de efetivar matrícula à escola manterá campanha com a comunidade e regional com a finalidade de divulgar a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e manterá contato contínuo com a Secretaria de Educação visando atender todas as possibilidades de atendimento do serviço.

Em relação ao desenvolvimento escolar o ponto fundamental será o de assumir a responsabilidade de divulgar o atendimento e o trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe docente, além de ações que venham promover a melhoria da qualidade de ensino e consequentemente evoluir em relação aos resultados nas avaliações externas.

Para tanto, a escola terá como recuperar todos os conteúdos não aprendidos pelos alunos/as dando oportunidade de recuperação continuamente.

1.5 Política de educação inclusiva

Na oferta e atendimento às crianças com necessidades especiais, a Escola Municipal Agrícola busca desenvolver sua prática metodológica de forma inclusiva, atenta à legislação por meio do Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996 CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2013, p.34).

Art. 60 . Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Buscando responder às peculiaridades específicas das crianças com algum tipo de deficiência, conforme determina a LDB em seu Art. 59:

Os atendimentos aos casos de natureza especial serão feitos, sempre, de maneira articulada com as práticas pedagógicas propostas pela Escola Municipal Agrícola, tanto em relação àqueles que apresentarem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação quanto aos demais alunos em processo de avaliações diagnósticas observações neurológicas entre outros casos específicos. Conforme CARVALHO,

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado. (2000, p.17)

Tal conceito nos remete às mudanças significativas no contexto escolar no que se refere às questões pedagógicas, relacionais, administrativas e institucionais, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, tendo em vista o respeito pela diferença. Nessa assertiva, CARVALHO (2000, p. 17) “[...] a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especiais.”

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a individualização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Atendendo a esse princípio, a Escola oferecerá o AEE – Atendimento Educacional Especializado, para os alunos incluídos na sala regular. Este atendimento é oferecido no horário inverso ao de estudo dos alunos, por um professor capacitado na sala multifuncional. Para que a inclusão ocorra, há a necessidade de um planejamento coletivo e de colaboração entre os profissionais, centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos,

dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTANO, 2003, p.34).

Outro aspecto a ressaltar é que para que a inclusão ocorra é preciso que o aluno receba atendimento em sala regular, na sala de recursos multifuncionais (AEE), e ainda o atendimento clínico. Todos esses três saberes: o clínico, o escolar e o especializado devem fazer suas diferentes ações, convergir para um mesmo objetivo, o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

É importante salientar que nesta perspectiva, mesmo que a escola ofereça o serviço de AEE, as questões pedagógicas são obrigações do professor da educação do ensino regular, pois o mesmo é responsável pelo ensino e aprendizagem de todos os que estão matriculados em sua sala inclusive os estudantes com deficiência. Nos casos em que o aluno é acompanhado por um professor de Educação Especial na sala de aula, cabe a esse profissional à articulação com as atividades e avaliações desenvolvidas pelos professores regentes.

O atendimento oferecido no AEE, no horário oposto, será para complementar/suplementar a formação do aluno, auxiliar o aluno a lidar com as barreiras encontradas no ambiente escolar, auxiliar o professor e ajudá-lo em suas dúvidas e questões.

Na perspectiva do Direito, defende-se que a educação especial contribua para a perspectiva de fortalecimento e qualificação do processo de educação inclusiva, pois se sabe que a tendência atual é que as ações educativas da educação especial se movimentam de forma a promover condições aos estudantes com deficiência à escolaridade, eliminando barreiras, favorecendo e qualificando a permanência nas salas de aula comum.

Sabe-se que o professor na escola tem uma função muito importante no processo de desenvolvimento de todo trabalho que é realizado dentro do espaço que atua, seja junto dos alunos, com outros educadores, pais, comunidade escolar, ou seja, todo trabalho que realizamos em relação às práticas pedagógicas devem permitir aos alunos não somente acessarem o conhecimento, mas também transformá-los, reconstruí-los e inová-los. E, o educador tem a função de “mediador” entre o conhecimento historicamente acumulado e o aluno. Ser mediador, no entanto, implica em também ter apropriado desse conhecimento de forma que o aprendiz possa usufruir de suas potencialidades e limitações.

Além disso, vale ressaltar a importância dada aos trabalhos realizados na escola, uma vez que despertou interesse, aguçou a autoestima de muitos alunos que se sentiam desmotivados pelo fato de sofrerem discriminações, racismo e serem vítimas de preconceito, ou mesmo não se aceitarem como Afro descendente. O trabalho trouxe ainda, mudanças de comportamento em alunos e professores.

Na perspectiva do Direito, defende-se que a educação especial contribua para a perspectiva de fortalecimento e qualificação do processo de Educação Inclusiva favorecendo e qualificando a permanência desses alunos nas salas de aula comuns. Assim, em face às mudanças propostas, faz-se necessário a preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, com ou sem deficiência. Assim, o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino. E na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade, quando do financiamento, a projetos institucionais que desenvolvam ações de integração. Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001). Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais

especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo. A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão, ao estabelecer, em seu artigo 59, que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser relevante. Vale ressaltar que a noção de escola inclusiva, cunhada a partir da Declaração de Salamanca (1994), toma uma dimensão que vai além da inserção dos portadores de deficiências, pois esses não são os únicos excluídos do processo educacional. É fato constatado que o nosso sistema regular de ensino é programado para atender aquele aluno “ideal”. Então, o professor diante das observações, ele pode ajustar os conteúdos com intervenções pedagógicas de modo que lhe possibilite o processo ensino aprendizagem.

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

No Brasil as frequentes discussões sobre os direitos sociais, que precederam a Constituição, enfatizaram reivindicações populares e demandas de grupos até então excluídos dos espaços sociais. Neste movimento, tomou vulto a luta pela ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais (FERREIRA; GLAT, 2003;). Para oferecer uma educação de qualidade a todos os educandos, inclusive os que manifestam necessidades educacionais especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. O próprio Ministério da Educação reconhece que “inclusão não significa, simplesmente, matricular os educando com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação

pedagógica” (MEC/SEESP, 1998) A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar deve ter como base três elementos centrais:

- a) a presença, o que significa estar na escola, superando o isolamento do ambiente privado excludente e inserindo o aluno num espaço público de socialização e aprendizagem;
- b) a participação, que depende, no entanto, do oferecimento das condições necessárias para que o aluno realmente possa interagir e participar das atividades escolares;
- c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola, sem a qual pouco adianta os outros dois itens anteriores. Em outras palavras, a inclusão escolar só acontece, de fato, se o aluno estiver inserido na escola, porém participando, aprendendo e desenvolvendo-se com base na interação e nos conhecimentos ali construídos, o que vai muito além da concepção de inclusão que defende apenas as vantagens da socialização deste aluno no espaço escolar (PLETSCH, 2005; PLETSCHE, 2006).

A educação especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lei 9394/96, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que por possuírem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes e sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas e adaptadas para que possam apropriar-se dos conhecimentos oferecidos pela escola. Para isso, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional (ARANHA, 2000).

Utilização da Sala Multifuncional

O trabalho pedagógico da sala multifuncional não repetirá os procedimentos e/ou atividades que foram realizadas na sala de aula (regular). O trabalho nesta sala possibilitará novas oportunidades aos alunos de lançar mão de outros sentidos e experiências, para elaborar o saber escolar. As atividades a serem realizadas enfatizarão a elaboração dos conceitos fundamentais das diferentes áreas do conhecimento mediante a utilização de um amplo repertório de recursos de tecnologias assistivas, que possibilita aos alunos apropriarem-se do conhecimento de maneira cada vez mais elaborada.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento especializado diferem-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola ou fora dela.

O professor da multifuncional deve ser especializado e apto para trabalhar com a tecnologia assistiva, também garantir outras formas de acesso ao conhecimento através do uso dos jogos/ atividades lúdicas e estratégias diversas.

Quanto à avaliação dos alunos atendidos, uma delas será o portfólio – é um instrumento que permite posteriormente ao aluno e aos seus pais perceberem como se iniciou o trabalho e como foi visível o desenvolvimento do aluno.

Este instrumento tem sido uma das possibilidades de melhor avaliar os estudantes com deficiência intelectual, independente de suas limitações.

A observação e o registro das atividades individuais e coletivas são um dos instrumentos mais completos de avaliação, pois através deste procedimento avaliativo o professor poderá registrar fatos e situações que ocorrem no contexto geral onde o aluno está inserido.

Vygotsky estabelece uma relação entre o jogo e aprendizagem, atribuindo-lhe uma grande importância para o desenvolvimento cognitivo resultante de interação entre a criança e as pessoas com quem mantém contatos. O jogo e o brincar fazem parte do ser humano em toda e qualquer idade, são fundamentais para o desenvolvimento, pois estimula construção de conhecimento através de aprendizagem significativa. Desta forma, na sala de AEE o professor pode contar com o uso de diferentes jogos pedagógicos, como estratégias de trabalho auxiliando o aluno neste processo. Estes permitem ao aluno criar e construir sua forma de aprender, desenvolvendo a capacidade de observação, comparação e atenção. Além destes aspectos o jogo permite a elaboração de estruturas como classificação, ordenação, estruturação, resolução de problemas e estratégias de leitura e escrita. Segundo os PCNs ([200-],p.56) o jogo oferece o estímulo e o ambiente propício que favorecem o desenvolvimento espontâneo e criativo dos alunos e permite ao professor ampliar seu conhecimento de técnicas ativas de ensino, desenvolver capacidades pessoais

e profissionais para estimular nos alunos a capacidade de comunicação e expressão, mostrando-lhes uma nova maneira, lúdica, prazerosa e participativa, de relacionar-se com o conteúdo escolar, levando a uma maior apropriação dos conhecimentos envolvidos.

A utilização do computador como ferramenta de aprendizagem do aluno com deficiência pode ser um importante aliado no seu fazer pedagógico durante o desenvolvimento de atividades na sala de AEE, assim como em toda prática pedagógica, independente do recurso que estejamos utilizando, o que vai determinar a qualidade no trabalho realizado será a abordagem teórica implícita ao mesmo. Logo, a utilização do computador na educação pode apresentar funções bastante diferenciadas, definidas de acordo com a concepção educacional que embasa a atuação pedagógica do professor. Valente (1991) cita como alguns exemplos os jogos de exercício e prática que tem como objetivo o desenvolvimento da memorização e da repetição de conteúdos, por isso são usados basicamente para a revisão da matéria trabalhada em sala de aula.

Metodologia de Trabalho

Levando-se em conta que o Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino que necessariamente não tem por obrigação seguir uma grade curricular, mas sim o desenvolvimento de atividades e conteúdos que venham de encontro ao interesse e necessidade dos alunos, o trabalho será realizado dentro de uma perspectiva de projeto complementar e suplementar em busca de contribuir para a aprendizagem e formação dos alunos isso, na medida em que possibilitará uma maior autonomia diante das situações propostas permitindo que o mesmo viva desde o seu planejamento até a sua execução, levantando hipóteses, investigando e registrando suas descobertas.

As atividades serão realizadas a partir do levantamento de temas de interesse dos grupos de trabalho. Dentro da perspectiva de desenvolvimento de projetos a metodologia seguirá algumas etapas: Levantamento dos interesses individualmente (painel dos gostos, fichas, recortes, desenhos, visita de campo); Escolha do tema em comum (coletivo); Planejamento das ações; (pesquisas, cartazes, roteiros, ilustrações, dramatizações, construção de textos individuais e coletivos; passeios e visitas; entrevistas); Registros: o que queremos que saber? O que já sabemos? Onde buscar essas informações?

Produto final: Os projetos devem ser finalizados com atividades concretas, (realizadas pelos alunos). É por meio deles que se concretiza a aprendizagem e que se socializam os conhecimentos adquiridos. Considerando estes aspectos poderemos organizar um planejamento voltado para a diversidade do aluno e que contemple suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que assim todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

Atendimento na sala regular, adaptações e avaliações

O atendimento da criança incluída na sala regular da escola deve ocorrer da forma mais normal possível. A educação é um direito de todos e a equipe pedagógica da escola é responsável por organizar a sala ou as turmas de forma a atender a criança que está sendo incluída. Esta organização diz respeito a promover condições para que a criança esteja na sala de aula, junto com as demais crianças e sejam atendidas em suas necessidades no processo ensino-aprendizagem, iguais as demais crianças. Muitas vezes esta organização dependerá da contratação de professor de apoio e outras vezes não, necessitando apenas de adaptação curricular, tomar providências quanto à iluminação, móveis adaptados, artigos de tecnologias acessíveis, próteses, recursos acessíveis, enfim tudo o que é necessário para que a criança consiga estar na sala de aula, produzindo seus trabalhos e adquirindo conhecimentos.

Isto tudo depende de quem são as crianças e quais são suas reais necessidades de atendimento educacional especializado. A questão de avaliação surge como elemento essencial para dar suporte e direcionar a prática pedagógica. A avaliação pedagógica e diagnóstica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio como atual de desenvolvimento do aluno, prevalecendo na avaliação aspectos qualitativos que indiquem intervenção pedagógica do professor.

É por meio da avaliação que o professor poderá acompanhar o processo de aprendizagem realizando Investigação didática, por meio desse resultado poderá vir, a saber, que situações e experiências tiveram efeito positivo e que mudanças precisam ser feitas.

Avaliação formativa – Apresenta resultados de todo trabalho executado com o aluno, podendo fazer uma mediação, e intervenção individualizada e possibilitando sua utilização de forma construtiva. A seguir estão descritas as deficiências e as estratégias de trabalho propostas pela escola de acordo com as Necessidades Educativas Especiais que são clientela da mesma.

Deficiência Intelectual

O deficiente intelectual necessita aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres, que necessita ser educado de forma significativa, a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar competência intra e interpessoal. A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do seu atendimento especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedade de abordagens do mesmo. Este parece ser o maior desafio da inclusão, pois provoca inúmeras transformações questões necessárias para o ensino escolar como um todo. A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo. A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender as suas especificidades sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Assim, sendo, os princípios exclusivistas apontam que se faz necessário destacar que a escola é um espaço educacional responsável pela saída da vida particular e familiar para o domínio público. Tem função social reguladora e formativa para o aluno. Tem a função de compartilhar o saber, introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico, ou seja, cabe a escola socializar o saber universal. O aluno com deficiência intelectual aprende significativamente quando estabelece conexões do novo conteúdo com conceitos já conhecidos. Nesse processo de construção, não ocorre uma simples associação, mas uma interação entre os conceitos pré-existentes e a nova informação, os quais servem de ancoradouro para que o novo possa adquirir significado para o sujeito. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas

diferentes estratégias de ensino aprendizagem de forma a proporcionar ao aluno melhor interação, participação e desenvolvimento deste nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento. Através da utilização das estratégias é estabelecido o que é necessário para desenvolver e resolver as atividades apresentadas e determinam quais as técnicas mais adequadas para se utilizar na execução das mesmas no processo de aprendizagem.

É fundamental para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, que o aluno sinta-se aceito, fazendo parte do contexto, participando de todos os momentos oferecidos nas aulas. Ex: Quanto aos materiais didáticos oferecidos em sala de aula, como os livros didáticos, por exemplo, é necessário que o aluno com deficiência também receba e tenha os seus, mesmo que este não saiba ou consiga realizar leitura e ou escrita de forma convencional. O aluno pode estar acompanhando as leituras e explicações junto de outro aluno ou até mesmo com a professora. Estando com o livro, seu interesse, atenção e participação podem ser melhores. Antes de iniciar a atividade de leitura, o professor deve estar orientando para que o aluno esteja atento, preste atenção durante esta atividade, e procurar dar auxílio e atendimento para que o mesmo também participe dos questionamentos e explicações quanto à interpretação. É indispensável que haja um trabalho em conjunto com a sala e demais alunos, estimulando o bom relacionamento e cooperação entre todos. Proporcionando desta forma companheirismo, aceitação e amizade entre todos na sala de aula, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e o potencial de cada aluno, no respeito às suas diferenças.

Neste sentido, vale ressaltar que apesar de haver vários estudos acerca da deficiência intelectual, como os de Inhelder, nos quais mostram as oscilações e ritmos diferenciados no processo de construção da inteligência desses alunos, cada sujeito pode apresentar uma experiência de aprendizagem diferenciada, dependendo das suas experiências e do contexto educativo no qual esteja inserido. Consequentemente, não se justificam práticas centradas no nivelamento cognitivo, centradas nas limitações decorrentes da deficiência intelectual. Devem sim, serem aproveitadas as potencialidades que esses alunos dispõem em suas vivências, pois para que ocorra a aprendizagem significativa, as estratégias de ensino precisam estar articuladas ao interesse do aluno e ao que ele já sabe. Deve-se refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a própria prática e sobre as oportunidades de interação do aluno com o objetivo de

conhecimento, a fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor adaptações e/ou alteração de procedimentos. Enfim, quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilo de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras de aprendizagem. O planejamento é o fio condutor do processo ensino-aprendizagem. É nele que os objetivos são articulados às estratégias, ou seja, é por meio dele que as práticas educacionais se tornam adequadas às reais necessidades dos alunos. O importante é manter o planejamento como uma prática permanente de crítica e reflexão. Portanto, o planejamento é entendido como um processo, ou seja, ele deve ser flexível e passível de alterações sempre que necessário. O professor deverá examinar sua prática em sala de aula constantemente, verificando as modificações necessárias no planejamento, buscando reajusta-lo de forma a atender as necessidades educacionais dos alunos. Para essa tomada de consciência é necessário questionar-se. Assim sendo, o professor deverá explorar os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender, sendo um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina. Assim, na área da deficiência intelectual este processo deve nos permitir “conhecer as possibilidades e limitações da pessoa com deficiência mental para, com ela, captar os indícios, os sinais que nos dá sobre seu processo evolutivo e pelo qual se aproxima da resolução de suas dificuldades” (PADILHA, 2001, p. 177). Nesta perspectiva, o processo de avaliação da aprendizagem deve ser um processo dinâmico que envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno; valoriza o processo de ensino e de aprendizagem, busca conhecer as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões potencialmente úteis para o ensino. Nesse sentido, ao planejar as atividades para os alunos com deficiência intelectual, você deve atentar-se que é preciso conhecer o aluno nos seguintes aspectos: Realidade familiar e social;

Características pessoais Interesse e peculiaridades; Processo de aprender; Necessidade de aprendizagem; O que ele já sabe e o que está em vias de aprender.

Considerando esses aspectos poderemos organizar um planejamento voltado para a diversidade de forma a contemplar suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que assim, todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

Conforme consta no Art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 02/01, no inciso V, em sala de recursos será realizada a complementação ou suplementação curricular, bem como, no inciso IV, alínea “a”, as classes comuns devem contar com a atuação colaborativa de professor especializado em educação especial. A partir do exposto compreende-se que a organização do planejamento deve superar a prática fragmentada e desarticulada, onde o professor de sala de recursos e o professor de sala de aula realizam individualmente os seus trabalhos, pois, mesmo que ambos estejam capacitados, individualmente farão menos que o necessário na construção de uma escola para todos.

Estratégias de Ensino-Aprendizagem

A criança com deficiência intelectual quando inserida na sala regular precisa ser trabalhada junto com os demais alunos. No entanto, cada professor deve planejar sua aula para a coletividade lembrando-se deste aluno com deficiência intelectual e planejar, dentro do conteúdo a ser trabalhado atividades que podem ser realizadas por todos os alunos, inclusive o deficiente intelectual e na hipótese de não ser possível à aplicação desta atividade para todos, adaptar ou caso necessário, solicitar do professor de AEE a adaptação da atividade para a criança. Esta adaptação sempre de acordo com a necessidade individual da criança.

Avaliação: Durante a adaptação das atividades de avaliação a criança pode ser atendida das seguintes formas:

- Adaptação de prova realizada pelo professor de AEE, deve seguir o conteúdo dado pelo professor, mas com um direcionamento para as capacidades (habilidades e competências) já desenvolvidas pelo aluno;
- Adaptação de prova escrita segundo as habilidades e competências do aluno de inclusão, mas aplicação desta prova para todos os alunos;
- Avaliação oral; -Avaliação diária durante a realização das atividades propostas;-Ser avaliado no mesmo momento dos demais alunos.

DIFICULDADES	ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES
--------------	--------------------------

Sócio-afetiva	Criar veículos Afetivos: Procurar conhecer bem a criança, seus gostos, interesse, medo; Conquistar sua confiança; Trabalhar sua imagem, seu EU.
Linguagem e Comunicação (emitir sons)	Produzir sons para que a criança possa seguir, imitar, identificar; Cantar músicas infantis com gestos; Trabalhar histórias infantis com imagens e imitação dos sons dos personagens; Brinquedos e instrumentos sonoros.
Memória	Procurar objetos ou pessoas escondidas, identificar familiares, pessoas próximas, brinquedos favoritos (fotos, fichas com gravuras e o próprio objeto);
Cognitivo: Atenção e Concentração:	Caixa de estimulação, brinquedos sonoros, trabalha com histórias e livros infantis, atividades com fantoches;

Noções de tamanho e permanência:	Atividades com objetos de tamanhos e formas variadas, expor ao aluno mostrando suas diferenças. Ex: 1 – Mostrar dois caminhos de diferentes tamanhos, nomeando seus tamanhos; 2- Esconder objetos para que o aluno possa encontrá-lo
Motricidade Fina:	Manusear objetos de formas e tamanhos variados, transferindo de uma mão a outra; Pegar objetos com ambas as mãos; Sustentar simultaneamente um objeto em cada mão; Pegar e guardar objetos em recipientes de vários tamanhos; Manusear potes e ou objetos que tenham tampa como rosca, abrir, fechar, apertar, zíper, velcro, alinhavo, por e tirar Atividades com potes de encaixe, aramados, ábacos de encaixe com diferentes tamanhos e espessuras.
Motricidade Ampla:	Atividades físicas e de coordenação como sentar com e sem apoio das mãos, rolar, agachar, engatinhar, passar por baixo, dentro e por cima de obstáculos, ficar em pé e agachar sem auxílio, subir e descer de cadeiras, assentos e escadas sem auxílio.

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento (Autismo, Síndrome De Asperger, Síndrome de Kanner e Síndrome de Rett).

DÉFICITS ATENTIVOS	· Não olhar, quando apontamos para algo; · Inspeção visual curta com varredura pouco ocorrente e pobre; · Atenção multifocal com muita inabilidade em restringir-se ao foco contextual relevante; · Interrupções súbitas de atos e condutas iniciadas ou em trabalho; · Interesses auditivos e/ou visuais circunscritos, básicos, alternados ou aleatórios.
---------------------------	---

DÉFICITS E CARACTERÍSTICAS	· Isolamento social; · Pode haver rejeição do seio materno com boa aceitação de mamadeira; · Não atendem os abraços, para serem pegos no colo, quando bebês; · Pouco interesse em assentar-se e olhar para o meio ambiente, mesmo quando há capacidade motora para tal; · Não mostram coisas ou compartilham situações prazerosas com os pais; · Não usam gestos comunicativos ou indicativos convencionais (tchau, mandar beijos, etc); · Se houver as funções comunicativas sociais e de atenção conjunta, apresentam-se muito sutilmente, sem caráter simbólico · (sorriso, olhar som súbito, atos manipulativos); · Expressão facial pobre (amorfia facial); · Produções averbais e/ou verbais de caráter auto estimulatório; · Grande ocorrência de mutismo; · Fala preenchida por escolalias ou resumida a palavra isoladas com função solicitativa; · Estrutura frasal pobre com presença de inversão pronominal; · Alterações entonativas na emissão verbal.
---------------------------------------	---

DÉFICITS COMPREENSIVOS	· Incompreensão de regras sociais; · Não demonstra atender gestos sociais convencionais; · Não cumpre ordens auditivas puras e, às vezes, nem com a presença do apoio indicativo gestual; · Compreensão através de termos isolados do enunciado de entrada com desprezo dos termos sintáticos; · Não diferencia contextos afetivo-emocionais dos enunciados; · Não amplia o significado das palavras que ouve.
DÉFICITS COGNITIVOS	· Tende a uma atuação prática sobre os objetos, monótonas e repetitivas, sem caráter funcional; · Não demonstra nem mesmo condutas simbólicas simples; · Não imita; · Tendência a pensamento concreto; · Tendência a condutas auto-estimulatórias; · Resistem à aprendizagem;
DÉFICITS PERCEPTIVOS	· Muitos não decodificam materiais pictórico bidimensional; · Dificuldade em associar o material concreto com seu correspondente bidimensional; · Hiper ou hiper-reatividade a sons; · Não olha, quando é chamado pelo nome; · Preferência por receber inputs táteis, somestésicos e proprioceptivos.

DÉFICITS COMPORTAMENTAIS GERAIS	· Resistência a mudanças (rotas, disposições de móveis, etc); · Tendência a apegos (objetos); · Rituais estereotipados e interesses circunscritos (balança o corpo involuntariamente); · Ausência de noção de perigo; · Medos, risos e choros imotivados; · Auto e heteroagressão; · Movimentos estereotipados; · Condutas apragmáticas; · Hiperatividade.
---------------------------------------	--

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) são distúrbios nas interações sociais que caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades.

Os TGDs englobam os diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

Com relação à interação social, crianças com TGD apresentam dificuldades em iniciar e manter uma conversa. Algumas evitam o contato visual e demonstram aversão ao toque do outro, mantendo-se isoladas. Podem estabelecer contato por meio de comportamentos não-verbais e, ao brincar, preferem ater-se a objetos no lugar de movimentar-se junto das demais crianças. Ações repetitivas são bastantes comuns.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento também causam variações na atenção, na concentração e, eventualmente, na coordenação motora. Mudanças de humor sem causa aparente e acessos de agressividade são comuns em alguns casos. As crianças apresentam seus interesses de maneira diferenciada e podem fixar sua atenção em uma só atividades, como observar determinados objetos, por exemplo.

Com relação à comunicação verbal, essas crianças podem repetir as falas dos outros - fenômenos conhecidos como ecolalia – ou, ainda, comunicar-se por meio de gestos ou com entonação mecânica, fazendo uso de jargões.

Algumas especificações clínicas-sintomatológicas estão expostas no quadro a seguir.

É importante salientar que a quantidade, presença, qualidade e abrangência desses sintomas podem variar de indivíduo autista, para indivíduo autista. O grau e tipo de autismo não é unidimensional.

Estratégias de Ensino-Aprendizagem

Como as crianças com transtornos de desenvolvimento apresentam diferenças e merecem atenção com relação às áreas de interação social, comunicação e comportamento, na escola, mesmo com tempos diferentes de aprendizagem, esses alunos devem ser incluídos em classes com os pares da mesma faixa etária.

O professor deverá estabelecer regras em grupo e ajudar o aluno a incorporar regras de convívio social e esta atitude é de extrema importância para garantir o desenvolvimento na escola. Também deverá apresentar as atividades do currículo visualmente e é outra ação que ajuda no processo de aprendizagem desses alunos. Fazer ajustes nas atividades sempre que necessário e contar com a ajuda do profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Cabe ao professor identificar os potenciais dos alunos. Investir em ações positivas, estimular a autonomia e fazer o possível para conquistar a confiança da criança. Os alunos com TGD costumam procurar pessoas que sirvam como “porto seguro” e encontrar essas pessoas na escola é fundamental para o desenvolvimento.

O ambiente da sala de aula na qual a criança portadora de autismo frequenta necessita de adaptação no objetivo de sustentar o foco da criança e impedir o desconforto sensorial (sem poluição visual).

O portador de autismo deve sentar próximo ao professor para que o mesmo possa ajudá-lo a dirigir o seu foco de atenção e manter a atenção no que é relevante.

Na sala de aula deve existir um quadro com informação visual da rotina do dia, ajudando o aluno a antecipar e se organizar diante das atividades propostas. O professor deve ensinar o aluno a utilizar o quadro para se organizar.

Promover uma consciência coletiva do quanto barulho os sons específicos se tornam desconfortáveis (ou até dolorosos) para alguém com autismo.

Partindo-se do ponto onde o autista tem dificuldade para compreender informações mais abstratas, a tendência de se ter um pensamento mais visual e a tendência de se ater a detalhes (em detrimento do todo), o professor deve realizar adaptações na didática e tipo de atividades. Neste sentido, é importante que se use recursos visuais múltiplos e variados para se conseguir o entendimento do que está sendo proposto. O professor deve ajudar o aluno a interpretar o texto ou mesmo o enunciado de uma prova, pois esta dificuldade é uma das características do perfil cognitivo do portador de autismo (e não que ele não queira se esforçar...). Relacionar ao conteúdo escolar fatos ou dados que tenham relação com os interesses restritos e do cotidiano dos portadores de autismo. Utilizar figuras de animais com diferentes tamanhos para ensinar noções de tamanho. Devem ser realizadas adaptações de conteúdo e de avaliação, quando necessário. O professor também deve fazer as adaptações de tempo que julgar adequado. O professor deve ajudar a criança a participar das atividades e brincadeiras. Para isto pode ser necessário explicar regras de determinados jogos, ajudar o aluno a entender o que os outros esperam dele em cada situação, antecipar possíveis reações das outras crianças (ajudando a criança autista a ver pelo ponto de vista dos outros) e até intermediar algumas negociações.

Na programação do atendimento educacional especializado deve ser levado em consideração:

1. A comunicação (receptiva e expressiva);
2. A atenção e concentração;
3. Comportamento;

As atividades da vida diária – AVD's. A programação será introduzida à medida que o desempenho da pessoa permitir:

Metas

A principal meta é desenvolver o relacionamento dela consigo mesma, com as pessoas, com o mundo, com os acontecimentos e com os objetos. A mais fácil é com os objetos porque eles não mudam; A linguagem verbal normalmente não faz sentido para autistas; Outras formas de comunicação precisam ser encontradas; O autista tem mais chance de aprender o significado se usarmos poucas palavras e sempre as mesmas; É importante ensiná-los a usar gestos;

Muitas tentativas de comunicação não são percebidas pelos padrões sociais;

A pessoa que interage com ele deve ser sensível e capaz de um processo de empatia;

Imitar um gesto estereotipado, às vezes funciona para estabelecer contato;

Estimular para que ele se comunique; devemos estar atentos para as oportunidades; Sempre observar e estudar o desenvolvimento da criança; para conseguir contato às vezes são necessárias atitudes extremas. EX: Apagar a luz e iluminar o rosto colocá-lo na cadeira de um jeito que não possa fugir e segurar o rosto.

A Atenção À falta de atenção pode estar ligada a causas fisiológicas ou neuropatológicas.

Os professores devem tentar: - Manipular a hiperatividade; - Intervir para reduzir o alheamento;

-Estimular as percepções sensoriais; - Sensibilizá-lo para o seu próprio corpo; -Guiando-o através de ajuda física para que execute movimentos; -Promover a focalização do olhar; -Eliminar possibilidade de distração; -Explorar motivação; -Aprofundar interações.

Ex: tirar um objeto de suas mãos e devolve-lo em seguida, aumentando gradativamente o tempo de retenção do objeto para ver se ele procura. A música é um elemento muito importante;

A percepção auditiva dos autistas é muito peculiar; Os autistas são muito seletivos, assim uma figura com muitos pormenores poderá confundi-lo; Assim precisamos começar com um sentido ou percepção para depois fazer outras integrações; Por esta razão o professor deve ficar por trás do aluno, enquanto vai surgindo as atividades e dando ajuda física necessária;

Os autistas costumam ter comportamento que dificultam sua integração social. Podem apresentar negativismo tão acentuado que se recusam até sair do chão, a sentar-se ou a comer, mas, nenhum comportamento é eterno. Às vezes este comportamento estranho é a única maneira de expressão, de se sentirem vivos. Pela dificuldade de comunicação costumam a aprender e manifestar outras maneiras; manter registro das observações para não perder de vista a evolução do caso; No caso de autoagressão, considerar a possibilidade de trata-se de falta de estímulo ou incapacidade de responder ao estímulo; Reforçar positivamente os bons comportamentos, quando não existirem dar um intervalo nos demais comportamentos, só criar saldo positivo;

Dar um tempo para ele, pois precisa de momentos de descanso e essa “invasão”, mas nunca as deixas entregues ao isolamento; A hiperatividade melhora quando contida – dar tarefas;

Os comportamentos compulsivos diminuem com as tarefas; as crises de birras não podem ser valorizadas; Todas as atividades terão de ser pacientemente ensinadas assim como o uso funcional dos brinquedos. Ele não simboliza e dificilmente vai saber o que fazer com o brinquedo.

Para oferecer uma educação de qualidade a todos os educandos, inclusive os que manifestam necessidades educacionais especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. (MEC/SEESP, 1998)

O próprio Ministério da Educação reconhece que “inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC/SEESP, 1998).

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA – CONCEPÇÕES E PRESSUPOSTOS

O Plano de Desenvolvimento Institucional da escola é a identidade da instituição, ela estabelece as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade escolar. Além disso, formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais, alunos e líderes comunitários em torno do mesmo projeto

educacional; ou seja, é elaborada de maneira colaborativa. Apresenta o esforço temporário empreendido cujo objetivo é criar um novo modelo de serviço ou processo dentro da escola.

A Proposta Pedagógica da Escola dá autonomia e, é operacionalizada através de projetos de Trabalho. A opção por este procedimento surge a partir do entendimento de que o projeto possibilita a vinculação do saber com a prática social e cultural atendida. É através dos projetos que contextualizamos e concretizamos os conceitos que vamos ensinar atribuindo-lhes sentido. Nossa concepção de Projetos de Trabalho parte do referencial construído por Fernando Hernandez e Philippe Perrenoud. (1998, 2000), os projetos representam uma maneira de entender o sentido da escolaridade como o ensino para a compreensão, o que implica que os alunos participem de um processo de pesquisa que tenha sentido para eles e no qual usem diferentes estratégias de estudo; podem participar no processo de planejamento da própria aprendizagem, e ajuda-os a serem flexíveis, a reconhecerem o outro e a compreenderem seu próprio ambiente pessoal e cultural. Para Perrenoud (2003), o projeto constitui-se na possibilidade de trabalho que vincula o saber a uma prática social, envolve uma mobilização concreta para uma tarefa concreta.

E, diante disso, a sala de aula assume outro significado: ela passa a ser o lugar da pesquisa, o lugar onde o cotidiano é problematizado, onde a vida se faz presente, a fim de que todos possam ocupar o espaço público e político da sala de aula, investigando o mundo e a si próprio. Finalmente, concordando com Morin (2001: 17) quando nos diz que “os conhecimentos fragmentados só servem para usos técnicos. Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na Terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Não conseguimos integrar nossos conhecimentos para a condução de nossas vidas”, apostamos na gestão coletiva da aprendizagem, na partilha de responsabilidades frente ao grupo de alunos. Trata-se, no dizer de Perrenoud (2001: 122) de “gerenciar coletivamente um grupo de alunos”. (...) e supõe/acarreta: maior visibilidade das práticas, das atitudes, dos pontos fracos, das exigências de cada um; forte interdependência entre os alunos, momentos de coo- presença e de intervenção conjunta diante dos aprendizes.

Contudo, como também já discutimos no texto “Projeto Político-Pedagógico: dimensões conceituais”, o PPP da escola é expressão e mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o “seu rumo”, delineando seus princípios, suas

diretrizes e propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e “dado” para a escola; o PDI não começa e nem acaba em um texto escrito. O Regimento Interno é parte integrante desta Proposta Pedagógica, onde traça seu próprio caminho. O PPP vem organizar nossos pensamentos de trabalho, perante mais um ano letivo, baseando-se nas necessidades, bem como com o respeito devido às conquistas já assumidas pela educação em relação a aspectos legais, que hoje garantem nossos mecanismos de trabalho, evidenciando o aluno e seu processo ensino-aprendizagem. Temos por meio do PDI a possibilidade de avaliar, analisar e acompanhar resultados, bem como de apoiar novos sentidos do trabalho pedagógico, de modo que todo conjunto escolar, sinta-se satisfeito, diante aos resultados que surgem.

Etapas Ofertadas

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola atende as modalidades da Educação Básica: Educação Infantil, (Pré-Escola 1º e 2º períodos); alunos do Ensino Fundamental I do 1º ao 5º ano; alunos do Ensino Fundamental II 6º ao 9º ano. Atendimento Especializado (AEE) no contraturno na sala de recurso multifuncional aos alunos, de acordo com suas necessidades especificidades e limitações apresentados nos laudos médicos.

2.1 - Educação Infantil

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal. Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a

Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) 27, em seu Artigo 4º, definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças, conforme indicado na figura a seguir. Todavia, esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica.

2.1.1 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)²⁸, essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as DCN, a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço; a relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela; a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e pela valorização das diferenças. Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas. As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e

comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar. Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010). Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de

transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos.

Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. Conforme reconhecem as DCN, é frequente, nessa etapa, observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas (BRASIL, 2010).

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem

contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

2.1.2 Organização Curricular

A escola Municipal Agrícola segue como base o Currículo do Espírito Santo é uma proposta que se fundamenta na concepção de que o currículo é uma elaboração situada num tempo e espaço permeado de valores, sujeitos e contextos, que se consolida numa proposta que continuará sendo construída em seu caminhar. Portanto, não é algo estático, pronto e acabado. Enquanto documento, trata-se de uma proposta que estabelece as aprendizagens escolares mínimas e oferece diretrizes que buscam assegurá-las como direitos a todos os estudantes do nosso território, dialogando com os seus interesses e suas necessidades, bem como comprometendo-se para que se desenvolvam plenamente e tenham condições de enfrentarem as demandas atuais e futuras, num cenário de incertezas.

Ao mesmo tempo, entende-se que o currículo se faz na prática e nas dinâmicas próprias do fazer e pensar o cotidiano escolar, onde perpassam desafios e decisões das mais diversas ordens, onde adquire forma e significado educativo (SACRISTÁN, 2000). Por ser composto pelo movimento entre a intenção e a realidade, precisa ser flexível e estar aberto a revisões e atualizações, de modo que atenda às demandas escolares cotidianas e às novas necessidades da sociedade em que vivemos, e acompanhe as contínuas discussões e estudos que sustentam as ações educacionais.

Este documento propõe um caminho a ser percorrido pelos estudantes do estado do Espírito Santo, por meio do apontamento das aprendizagens essenciais a que todos têm direito de acesso e desenvolvimento durante sua trajetória na Educação Básica. Por isso,

trata-se de um referencial a ser usado como ponto de partida para a elaboração dos documentos orientadores institucionais, construindo de forma coletiva e colaborativa, com os sujeitos e em cada contexto escolar, o detalhamento e os modos de viabilizar práticas alinhadas as suas concepções, indicações de avaliação e perspectivas metodológicas que propõe.

O Currículo do Espírito Santo é orientado por princípios pautados na Educação Integral, que devem subsidiar a política educacional do território. Por meio de sua proposta visa promover a educação integral, entendida como aquela que possibilita o desenvolvimento do sujeito em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, por isso, compreendendo-o em sua integralidade. Nesse sentido, a escola, de tempo parcial ou integral, deve estar comprometida com o desenvolvimento do sujeito em suas diferentes dimensões, promovendo situações de aprendizagem que articulem conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o desenvolvimento dos estudantes, o exercício de sua autonomia e, ao mesmo tempo, o estabelecimento do compromisso com a construção e melhoria do mundo em que vivem.

Nesse sentido, o documento assume uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, considerando-os como sujeitos de aprendizagem, possuidores de direitos e deveres, e que por meio do conhecimento, da autonomia e de suas potencialidades sejam capazes de se realizar em todas as suas dimensões. Isso significa que mesmo que em cada etapa os estudantes possuam características em comum, há que se reconhecer a pluralidade de infâncias e juventudes que se sobressalta mediante as construções históricas, culturais, socioeconômicas, linguísticas, étnicas, políticas, religiosas, entre outras que compõem seu modo de viver e estar no mundo de modo singular, criando novas formas de existir.

O Currículo do Espírito Santo reitera seu compromisso em valorizar a aprendizagem e suas diferentes formas de desenvolvimento, de respeitar o educando em sua singularidade, integralidade e diversidade, de ampliar a leitura de mundo a partir do conhecimento científico trabalhado de modo significativo, de promover a contextualização e a problematização dos saberes, de fortalecer a relação professor-estudante num processo de mediação e diálogo, e de direcionar os esforços para a melhoria da qualidade em educação como um direito fundamental. [...] as competências são sistemas complexos, pessoais, de compreensão e de atuação, ou seja, combinações pessoais de conhecimentos, habilidades, emoções, atitudes e valores que orientam a interpretação, a tomada de decisões e a

atuação dos indivíduos humanos em suas interações com o cenário em que habitam, tanto na vida pessoal e social como na profissional.

Entende-se, ainda, que para além dos conhecimentos e habilidades, tornou-se fundamental rever e pensar sobre atitudes e valores para a convivência respeitosa, num mundo em que a heterogeneidade se sobressai e nos desafia na relação com os outros, seus costumes, ideias, opções e convicções. Colocar-se no lugar do outro, conhecer e respeitar o diverso, trabalhar de forma colaborativa, atuar tendo em vista o benefício da coletividade, de acordo com os princípios democráticos, podem ajudar a encontrar formas mais harmônicas de convivermos pessoal e coletivamente com a diferença.

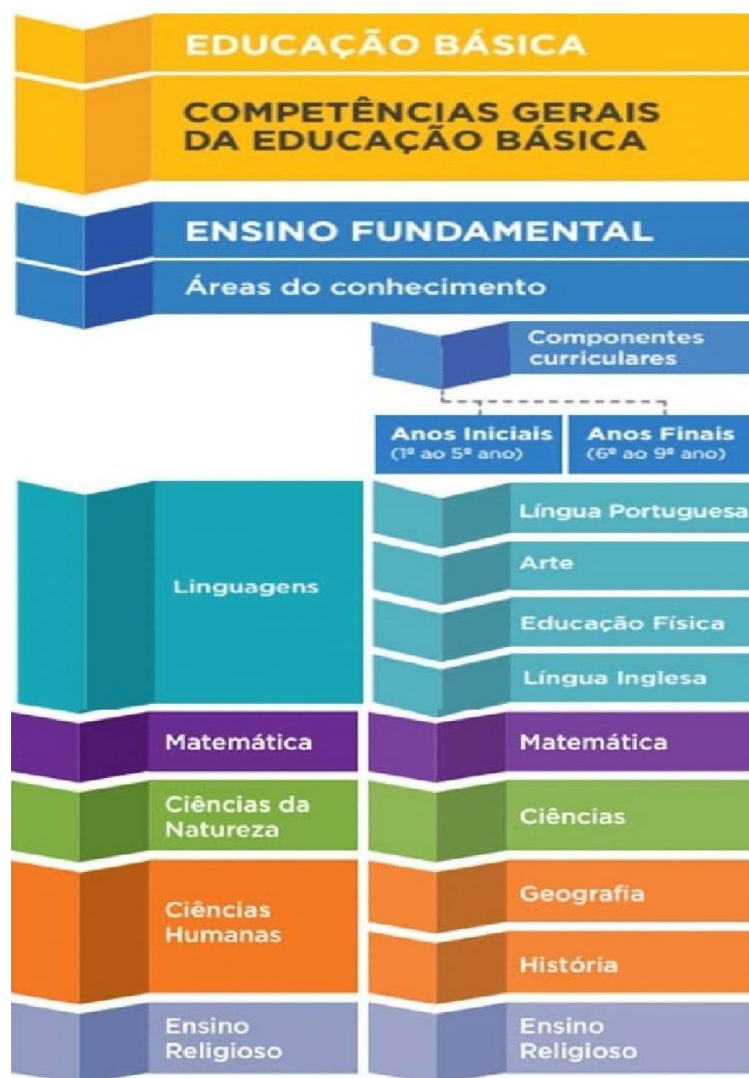
Nesse sentido, um currículo para Educação Integral é comprometido com a elaboração intencional de processos educativos que visam o desenvolvimento humano em sua integralidade, superando uma visão disciplinar, e que para isso promovam a interligação dos saberes, o estímulo a sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção do seu projeto de vida e de sua atuação cidadã. Pressupõe ainda a articulação da escola com pais, comunidade e demais instituições e a melhoria qualitativa do tempo na escola para o atendimento à formação integral do sujeito. Neste sentido, esse documento é um referencial para a elaboração dos projetos pedagógicos das unidades escolares, de modo que possam elaborar em seus contextos propostas que dizem respeito às especificidades de sua realidade.

O Currículo do Espírito Santo assume, ainda, a necessidade de proposição de políticas públicas que busquem viabilizar e desenvolver uma educação de qualidade em seus diferentes âmbitos, especialmente políticas de formação de professores, de melhoria das condições materiais e de infraestrutura das escolas, de criação e diversificação de materiais didáticos, de valorização docente, de outras formas de organizar o tempo e espaço escolares, e a elaboração de estratégias mais amplas e articuladas para que sejam enfrentados os desafios atuais colocados nos diferentes contextos do território para implementação dessa proposta.

2.1.1.2 Áreas de conhecimento

O Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁴, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010). Elas

se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes. Nos textos de apresentação, cada área de conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.



Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), também são definidas competências específicas do componente (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História) a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização.

As competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja,

a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades. Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas.

2.1.1.3 Componentes curriculares e carga horária

O curso do Ensino Fundamental anos iniciais e finais está estruturado por disciplina sendo que a grade curricular da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola possui duas disciplinas específicas da escola de acordo com a realidade rural onde está inserida. Esta é assim distribuída anualmente sua carga horária:

Anos Iniciais:

Língua Portuguesa 240 horas

Matemática 200 horas

História 80 horas

Geografia 80 horas

Ciências 80 horas

Arte 40 horas

Educação Física 80 horas

Ensino Religioso 40 horas

Total de carga horária anual: 840 horas

Anos Finais:

Língua Portuguesa 200 horas

Matemática 200 horas

História 120 horas

Geografia 120 horas

Ciências 120 horas

Arte 40 horas

Educação Física 80 horas

Língua estrangeira Inglês 40

TA = Técnica Agrícola 40 horas

TED= Técnica de Economia Doméstica 40 horas

Ensino Religioso 40 horas

Total de carga horária anual: 1040 horas

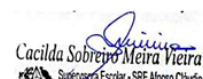
1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos - Atendendo dispositivos da Lei nº. 9394/96 CEB Nº 7/2010 e Resolução CEE/ES Nº 3777/2014

 PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED Organização Curricular da Educação Básica - 2024- Ensino Fundamental Regular Anos Iniciais – Escolas Seriadadas Nº de Dias Letivos: 201 (40 semanas e 01 dia) / Carga Horária Anual: 804 / hora aula: 60 min SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AFONSO CLÁUDIO														
AMPARO LEGAL LEI Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 7/2010 E RESOLUÇÃO CEE/ES Nº 3777/2014	BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS					AULAS ANUAIS					TOTAL Aulas Anuais
				Anos					Anos					
				1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	
		LINGUAGENS	Língua Portuguesa	7	7	7	5	5	280	280	280	200	200	1.240
			Educação Física	2	2	2	2	2	81	81	81	81	81	405
			Arte	1	1	1	1	1	41	41	41	41	41	205
			SUBTOTAL	10	10	10	8	8	402	402	402	322	322	1.850
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	1	1	1	2	2	40	40	40	80	80	280
			SUBTOTAL	1	1	1	2	2	40	40	40	80	80	280
		MATEMÁTICA	Matemática	6	6	6	5	5	240	240	240	200	200	1.120
			SUBTOTAL	6	6	6	5	5	240	240	240	200	200	1.120
		CIÊNCIAS HUMANAS	História	1	1	1	2	2	41	41	41	81	81	285
			Geografia	1	1	1	2	2	41	41	41	81	81	285
			SUBTOTAL	2	2	2	4	4	82	82	82	162	162	570
		Ensino Religioso*		1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
		SUBTOTAL		1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
TOTAL		20	20	20	20	20	804	804	804	804	804	4.020		

*O componente curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno.
O aluno não optante pelo componente Curricular de Ensino Religioso, deverá cumprir a carga horária prevista em Projeto de Leitura.


Balbino Vargas Guimarães
Inspetor Escolar
SEMED
Dec. PMAC Nº 070/99


Valquiria Karla Carnielli Tonoli
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 030/2021


Cacilda Sobreira Meira Vieira
Suplente Escolar - SDE, Afonso Cláudio
Nº Funcional: 303899
Port. nº 2149-S de 30/12/10
Data: 2024

Observações:

- A duração de cada aula será de 60 minutos.
- Carga horária semanal (Aula): 20 horas
- Horas aula anual mínima por Série: 800 horas
- Dias letivos: 200
- Módulo: 40 semanas
- O recreio não está incluído na carga horária semanal: 20 min.
- Os temas transversais serão desenvolvidos de forma integrada aos conteúdos das diversas áreas do conhecimento.
- Horário de entrada Vespertino: 12h20min – 16h50min
- O conteúdo programático ao qual se refere à Lei nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro – Brasileira e Africana é ministrado nas diversas disciplinas ou por meio de projeto interdisciplinar.
- O componente curricular Ensino religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno

6º/7º/8º/9º anos - Atendendo dispositivos da Lei nº. 9394/96 CEB Nº 7/2010 e Resolução CEE/ES Nº 3777/2014

 PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO – ES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED Organização Curricular da Educação Básica – 2024 - Ensino Fundamental Regular - Anos Finais EM Agrícola Nº de Dias Letivos: 201 (40 semanas e 01 dia) / Carga Horária Anual: 804 (1.005 Aulas) / hora aula: 50 min  SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AFONSO CLÁUDIO												
AMPARO LEGAL LEI Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 7/2010 E RESOLUÇÃO CEE/ES Nº 3777/2014	BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS				AULAS ANUAIS				TOTAL Aulas Anuais
				Anos				Anos				
				6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	
		LINGUAGENS	Língua Portuguesa	4	4	4	4	160	160	160	160	640
			Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	1	1	1	1	41	41	41	41	164
			Arte	1	1	1	1	41	41	41	41	164
			Educação Física	2	2	2	2	81	81	81	81	324
			SUBTOTAL	8	8	8	8	323	323	323	323	1.292
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120	480
			SUBTOTAL	3	3	3	3	120	120	120	120	480
MATEMÁTICA	Matemática	5	5	5	5	200	200	200	200	800		
	SUBTOTAL	5	5	5	5	200	200	200	200	800		
CIÊNCIAS HUMANAS	História	3	3	3	3	121	121	121	121	484		
	Geografia	3	3	3	3	121	121	121	121	484		
	SUBTOTAL	6	6	6	6	242	242	242	242	968		
Ensino Religioso *				1	1	1	1	40	40	40	40	160
SUBTOTAL				1	1	1	1	40	40	40	40	160
PARTE DIVERSIFICADA			Técnicas Agrícolas*	1	1	1	1	40	40	40	40	160
			SUBTOTAL	1	1	1	1	40	40	40	40	160
			Técnicas Economia Doméstica	1	1	1	1	40	40	40	40	160
			SUBTOTAL	1	1	1	1	40	40	40	40	160
TOTAL				25	25	25	25	1.005	1.005	1.005	1.005	4.020

- A carga horária semanal no ensino fundamental será de 25 aulas semanais, trabalhadas com aulas de 50 minutos cada uma, com 5 aulas diárias.

* O componente curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno.

- O aluno não optante pelo componente curricular de Ensino Religioso deverá cumprir a carga horária prevista em Projeto de Pesquisa (Língua Portuguesa).

- Os conteúdos referentes à História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão trabalhados de forma integrada no âmbito de todo Currículo Escolar (Lei Nº 11.645/2008). Os conteúdos referentes à Música serão ministrados no componente curricular Arte (Lei Nº 11.769/2008).

- Os temas como Saúde, Sexualidade e Gênero, Vida familiar e social, Direitos das Crianças e Adolescentes, Direitos dos Idosos, Preservação do Meio Ambiente, Educação para o Consumo, Educação Fiscal, Educação para o Trânsito, Trabalho e Tecnologia e Diversidade Cultural serão trabalhados de forma articulada no Currículo (Resolução CNE/CEB Nº 07/2010, de 14 de dezembro de 2010).


 Rosângela Maria Costa
 Secretária Municipal de Educação
 Decreto nº 030/2021


 Rosângela Maria Costa
 Secretária Municipal de Educação
 Decreto nº 030/2021


 Rosângela Maria Costa
 Secretária Municipal de Educação
 Decreto nº 030/2021

Observações:

- A duração de cada aula será de 50 minutos.
- Turno com 05 aulas de 50 minutos cada.
- Carga horária semanal (Aula): 25 horas;
- Carga horária semanal (relógio): 20 horas
- Horas aula anual mínima por Série: 800 horas
- Dias letivos: 200
- Módulo: 40 semanas
- O recreio não está incluído na carga horária semanal: 20 min
- Os temas transversais serão desenvolvidos de forma integrada aos conteúdos das diversas áreas do conhecimento.
- Horário de entrada Matutino: 7h00min – 11h30min
- O conteúdo programático ao qual se refere à Lei nº 10.639/2003 - História e Cultura Afro – Brasileira e Africana é ministrado nas diversas disciplinas ou por meio de projeto interdisciplinar.
- O componente curricular Ensino religioso é de oferta obrigatória pela Unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno.
 - O componente curricular Ensino Religioso é de oferta obrigatória pela unidade de Ensino e de matrícula facultativa para o aluno e poderá ser ofertado em turmas de séries mistas.
 - O aluno não optante pelo componente curricular de Ensino Religioso deverá cumprir a carga horária prevista em Atividade de Pesquisa.
 - Os conteúdos referentes à História e a Cultura AfroBrasileira, Indígena e Quilombola serão trabalhados de forma integrada no âmbito de todo Currículo Escolar (Lei Nº 11.645/2008). Os conteúdos referentes à Música serão ministrados no componente curricular Arte (Lei Nº 11.769/2008).
 - Os temas como Saúde, Sexualidade e Gênero, Vida familiar e social, Direitos das Crianças e Adolescentes, Direitos dos Idosos, Preservação do Meio Ambiente, Educação para o Consumo, Educação Fiscal, Educação para o Trânsito, Trabalho e Tecnologia e Diversidade Cultural serão trabalhados de forma articulada no Currículo (Resolução CNE/CEB Nº 07/2010, de 14 de dezembro de 2010).

2.1.1.4 Metodologias de Ensino

Os métodos utilizados pela Escola Municipal Agrícola proporcionam a participação ativa do estudante na construção do conhecimento, no desenvolvimento de competências básicas-gerais ou específicas e de gestão, propiciando – lhes a reflexão e a problematização dos conteúdos, assim como a simulação, experimentação e a aplicação dos mesmos. Tem-se como sustentação teórica e metodológica uma abordagem integradora, que parte da visão mais global, para o enfoque específico das competências, considerando recorrências e sínteses progressivas dos conhecimentos, habilidades e atitudes ao longo do processo formativo. Ou seja, o método parte de uma relação direta da experiência do aluno confrontada com o saber sistematizado.

Assim, a proposta curricular contempla a possibilidade de unidades mais gerais, contextualizadas em relação ao processo produtivo de determinado departamento, que introduzem princípios e fundamentos científicos, tecnológicos e organizativos; e unidades focadas no desenvolvimento das competências específicas, sempre considerando um enfoque contextualizado e integrador.

A metodologia de cada área de conhecimento leva em consideração as peculiaridades dos conteúdos através de aulas, projetos e sequências didáticas que vão de encontro aos fazeres e saberes pedagógicos. O Currículo tem por princípio básico a formação de competências e habilidades que levam em consideração o trabalho de identificação e definição dos conteúdos, por área de conhecimento.

É importante ressaltar que esta proposta curricular se traduz em um referencial para os projetos integradores, base necessária para a efetivação do princípio interdisciplinar de formação de competências. Na verdade, é no planejamento com foco no desenvolvimento de competências que se dará a orientação pedagógica para os docentes no processo de formação.

Compreende-se então, conforme (MORAN p.4, 2000) que aos professores cabe o papel de procurar “ajudar a contextualizar, a ampliar o universo alcançado pelos alunos, a problematizar, a descobrir novos significados no conjunto das informações trazidas”.

Nesse sentido, a escola compreende que ao se propor uma técnica pedagógica, deve-se antes de tudo, pensar se esta satisfará aos objetivos de ensino-aprendizagem e aos

conteúdos que se almeja desenvolver com os alunos, devendo tal processo ser sucessiva e dinamicamente avaliado.

Conforme descreve o Currículo Básico Escola Estadual, “são os educadores, sobretudo os professores, os investidos de autoridade para estabelecer conjuntamente os limites e as possibilidades na relação entre as pessoas na escola, na sala de aula” (ESPÍRITO SANTO, p.46, 2010). Nesse contexto, a Escola Municipal Agrícola não se fecha a um único procedimento metodológico, deixando espaço para que vários encaminhamentos metodológicos se manifestem, considerando que uma não sobrepõe a outra.

No campo da metodologia, a escola terá ainda como orientação as alternativas propostas no documento “Currículo Básico Escola Estadual”.

Além disso, a escola adota Projetos integradores: são eixos articuladores na integralização do currículo, possibilitando uma integração interdisciplinar entre teoria e prática num sentido de mobilização, realização, aplicação dos conhecimentos, possibilitando a construção de pensamento sistêmico durante seu percurso formativo uma vez que a escola trabalha com currículo específico em duas disciplinas.

Sendo assim, a Escola Municipal Agrícola atende aos seguintes princípios metodológicos em sua prática:

- Fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca;
- Formação de valores;
- Aprimoramento com a pessoa humana;
- Formação ética e moral;
- Exercício para a cidadania;
- Educação humanística, crítica social;
- Educação para a vida.

2.3 Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem: Metodologia, Critérios e Sistemática Resolução CEE/ES 3.777/2014 – artigos 104 a 121

A avaliação sob a perspectiva do desenvolvimento de competências e da educação integral, deve, para além da verificação do aspecto cognitivo, como um único instrumento ao final de um processo, envolver os âmbitos do saber, do fazer, do ser e do conviver, na diversidade que compõe o ambiente escolar e a singularidade que é própria de cada estudante. A avaliação é um processo contínuo que possibilita compreender, de forma global, o projeto educativo e assume funções que se integram e se complementam, sendo: diagnóstica: visa identificar o ponto de partida de cada estudante, no processo educativo, identificando seus conhecimentos prévios, bem como seus ritmos, vivências, crenças, contextos e aptidões, para que auxilie o professor no planejamento de estratégias mais adequadas junto aos seus discentes. Formativa: tem por objetivo acompanhar a aprendizagem dos estudantes, ao longo do processo educativo, identificando se as aprendizagens estão ocorrendo, de acordo com o esperado, bem como realizando ajustes nas atividades e abordagens escolhidas no planejamento inicial. Somativa: ocorre ao final do processo e verifica o que os estudantes aprenderam, com o compromisso de dar visibilidade à continuidade e não à terminalidade das aprendizagens.

Os estudantes em regime anual têm sua vida escolar organizada em trimestres, deverão ser adotados, no mínimo, três instrumentos avaliativos trimestrais diversificados. Para anos/séries, ofertados em regime anual e organizados em trimestres, o primeiro trimestre tem um total de 30 pontos; o segundo, 30 (trinta) pontos e o terceiro 40 (quarenta) pontos, totalizando 100 (cem). Os critérios e propostas de avaliação adotados pelo docente, deverão ser explicitados no Plano de Ensino e apresentados aos discentes, no início do período letivo. As avaliações prevalecem de forma presenciais sendo necessários os resultados obtidos, percentual superior a 60%. Ao discente que não atingir 60% (sessenta por cento) da pontuação nas avaliações de cada componente curricular serão garantidos estudos de recuperação, paralelos ao período letivo. A escola avaliará o grau de conhecimento e experiências do estudante por meio da realização de avaliação específica de cada um dos componentes curriculares, obtendo pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos, visando posicioná-lo ao ano/série do Ensino Regular, independentemente dos registros contidos no seu histórico escolar, ocorrendo em situações específicas.

Os estudantes também são avaliados por meio de avaliações externas como Paebs, SAEB, AMA, dentre outras. A Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem – AMA, acontecerá nos três trimestres, para os estudantes do 9º ano do Ensino fundamental, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

1º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos

A avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos faz-se necessário:

Assumir como princípio que a escola deve assegurar aprendizagem com qualidade para todos;

- Assumir a avaliação como princípio processual, diagnóstica participativa, formativa e redimensionada a da ação pedagógica;
- Elaborar instrumentos e procedimentos de observação, de registro e de reflexão constante do processo de ensino-aprendizagem;
- Romper com a prática tradicional de avaliação limitada a resultados finais traduzidos em notas ou conceitos;
- Romper com o caráter meramente classificatório e de verificação dos saberes.

Os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental I- Educação Básica serão avaliados mediante Ficha/desempenho descritiva, obedecendo os critérios de avaliação. Para os registros burocráticos (histórico escolar) a proposta curricular pode adotar conceitos para o 1º ano e notas para as demais séries. A decisão sobre notas, conceitos, relatórios descritivos ou até mesmo o misto conceito/nota é uma decisão dos sistemas de ensino. O art. 24, Inciso V, da LDB estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: **alínea a** - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º anos e 9º ano.

Disciplinas: Arte, TA, TED e Educação Física

AVALIAÇÕES 1º E 2º TRIMESTRES	AVALIAÇÕES 3º TRIMESTRE
12,0 = 1ª Avaliação	16,0 = 1ª Avaliação
12,0 = 2ª Avaliação	16,0 = 2ª Avaliação
6,0 = Atividades Diversificadas	8,0 = Atividades Diversificadas
Total= 30,0 Média= 18,0	Total= 40,0 Média= 24,0

9º ano: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências.

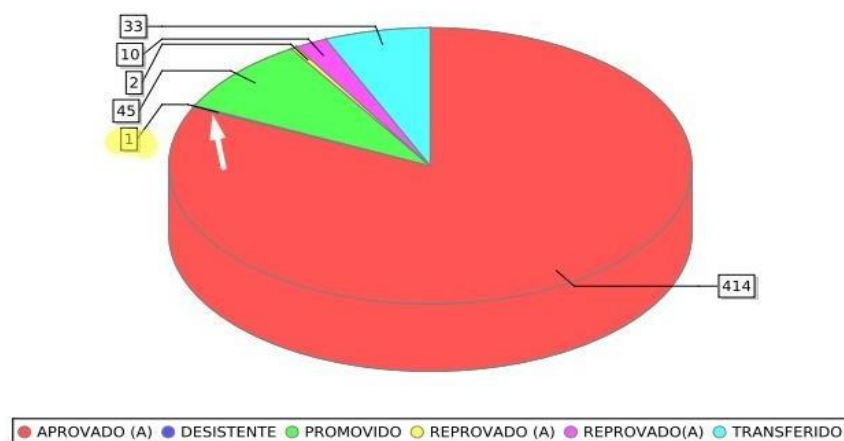
AVALIAÇÕES 1º E 2º TRIMESTRES	AVALIAÇÕES 3º TRIMESTRE
12,0 = 1ª Avaliação	16,0 = 1ª Avaliação
12,0 = 2ª Avaliação	16,0 = 2ª Avaliação
6,0 = Atividades Diversificadas	8,0 = Atividades Diversificadas
Total= 30,0 Média= 18,0	Total= 40,0 Média= 24,0

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola entende que a base principal dos Indicadores de Produtividade deve estar relacionada à equidade de acesso e na destinação de recursos humanos, materiais, econômicos, sociais, culturais, e histórico crítico presentes no cotidiano das Instituições.

De acordo com os resultados internos referentes ao ano letivo de 2023, observa-se que dos 505 alunos chegando ao final do ano letivo 356 alunos matriculados na Escola, não obtivemos desistência, 1% reprovou o que significa dizer que a escola teve um índice de reprovação de 2,0% e 33% transferiu-se durante o ano letivo o que corresponde a 6,5% de transferências dadas.

Os dados no gráfico abaixo comprovam:

Os dados gerais abaixo são referentes ao ano de 2023 de acordo com os resultados



2.4 Histórico e Certificado Escolar Resolução CEE/ES 3.777/2014 – artigos 122 e 123

3. PLANO DE AÇÃO

3.1 Objetivos

A EMEIEF Agrícola tem como objetivo um novo processo pedagógico em curso na sociedade globalizada, considerando os temas transversais, promovendo uma maior participação e interação entre a escola e as famílias, tendo como foco principal, o melhoramento no processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas, oferecendo a comunidade escolar uma educação com qualidade, no intuito de formar cidadãos críticos, reflexivos.

3.2 Metas e estratégias

As Estratégias e Metas da EMEIEF Agrícola são simples, dinâmicas, democráticas, cooperadoras e de acordo com as necessidades apresentadas, colaborando com os professores na procura de meios e fins para melhor aprendizagem e formando um polinômio indispensável: Escola, aluno, professor, comunidade, sempre priorizando a

Filosofia Educacional como forma de organização para atingir os objetivos e procurando obter adesão e colaboração de todos os elementos, desenvolvendo assim, um verdadeiro trabalho de equipe.

Propiciando o desenvolvimento do currículo da escola, visando melhor e mais eficiente desempenho do trabalho didático-pedagógico e, obviamente, a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tem o presente plano a função de orientar e avaliar todas as atividades do corpo docente, dinamizando, facilitando e esclarecendo a atuação da Escola, junto ao corpo administrativo, docente e discente.

3.3 Ações plurianuais

METAS INSTITUCIONAIS	DELIMITAÇÃO DO TEMPO DE REALIZAÇÃO				
	2024	2025	2026	2027	2028
Realizar o levantamento do número de estudantes com déficit de aprendizagem acompanhando o desenvolvimento dos mesmos em suas necessidades individuais.	X	X	X	X	X
Acompanhamento do cumprimento das adaptações curriculares para AEE.	X	X	X	X	X
Diminuir o índice de indisciplina tomando a escola mais atrativa.	X	X	X	X	X
Realinhamento dos conteúdos e dos Planos de Ensino.	X	X	X	X	X
Diminuir em 100% o índice de evasão escolar.	X	X	X	X	X
Reunião com os professores das turmas com baixo rendimento no primeiro e segundo trimestre.	X	X	X	X	X
Momento de escuta dos alunos, suas famílias e funcionários para fazer uma análise da situação de cada um.	X	X	X	X	X

3.3.1 Inovação pedagógica

Analizamos que a inovação pedagógica depende de alguns pilares, que devem ser monitorados pela Administração Municipal, pela Gestão Escolar e pela Comunidade Escolar para garantir melhorias significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Recursos humanos: um ecossistema de inovação na educação depende das habilidades de professores, gestores e demais representantes do meio educacional;

Organizações educacionais: a inovação está diretamente ligada à forma como o trabalho é organizado e à capacidade de escolas e profissionais absorverem e criarem novas práticas e conhecimentos;

Novas tecnologias: a transformação digital também deve ser aceita no meio escolar.

Regulação e sistemas de ensino: novas ideias devem ser implementadas nos currículos e na organização escolar. Para isso, é necessário que os atores envolvidos tenham espírito empreendedor e recebam financiamento da iniciativa privada e de governos;

Pesquisa: a inovação na educação também depende de investimentos em pesquisa científica;

Desenvolvimento educacional: assim como em outros segmentos, o meio educacional deve investir no desenvolvimento de ferramentas e processos que tragam melhorias para a vida de estudantes e professores.

A EMEIEF Agrícola tem buscado aprimorar os métodos de ensino acompanhando as necessidades atuais do ensino, com projetos e atividades diferenciadas de enriquecimento curricular, bem como ajuda nos meios eletrônicos com sites complementares de ensino, tanto para o aluno, como para o professor. Buscamos sempre discutir nas áreas de conhecimento e atuar relacionando as disciplinas, tentando conquistar aspectos da interdisciplinaridade.

3.3.2 Ampliação de infraestrutura tecnológica

Nossa escola necessita de várias adequações, pois nosso espaço não é totalmente adaptado para alunos com necessidades especiais, além disso não dispomos de auditório para reuniões e aulas, sala de planejamento, laboratório de informática e ciências, dentro outros, como o melhoramento de climatização dos ambientes.

No que diz respeito aos recursos audiovisuais, nossa escola possui um acervo amplo, e disponível para uso dos professores e alunos, contando com Datashow, bem como caixas amplificadoras e de áudio, auxiliando no trabalho desenvolvido pelos professores.

3.3.3 Instâncias Responsáveis e Recursos

Visando à recomposição e ao fortalecimento da aprendizagem, na infraestrutura tecnológica e bem como a articulação entre a Base Nacional Comum (BNC) e os componentes

integradores (parte diversificada) não dependem somente da atuação da Gestão Escolar, mas também, da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Administração do Município.

Ressaltamos que, para que toda ação proposta promova impactos positivos nos processos de ensino e de aprendizagem, são necessárias a corresponsabilização de todos os envolvidos e a apropriação do material de apoio estruturado para ela, bem como das orientações que foram construídas para dar-lhe suporte.

Periodicamente, deverão ser realizadas uma reunião de alinhamento entre os professores, coordenadores, pedagogos e diretor escolar para discutirem o que está sendo feito e elaborarem a correção de rotas ou mesmo a continuidade das ações que se mostrarem exitosas.

3.3.4 Plano de Sustentabilidade financeira

A Escola Municipal Agrícola tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação SEMED, a verba do PDDE - verbas diretas na escola e o Programa Mais Alfabetização, além de algumas parcerias de voluntários e as doações de pais e comunidade por meio das festas realizadas na escola.

Ao referir sobre o Plano de Sustentabilidade, a escola conta com o desenvolvimento de um projeto interno que envolve a questão sustentável: O projeto da Horta escolar com a Experiência da Hidropônica. Esse por sua vez é mantido com verba da própria escola em parceria com pais e comunidade. (verba arrecadada por meio das festas e doações).

Como a Escola Municipal Agrícola conta com a participação da comunidade escolar, envolvendo pais, alunos, comunidade de modo geral, ela preza pela transparência em todas as ações que são desenvolvidas com as verbas que chegam ou são arrecadadas durante cada ano letivo. Vale ressaltar, que todas as decisões que são tomadas acontecem a partir do coletivo. Isso, tanto para o destino dos fundos como para as necessidades da escola.

Vale ressaltar, que o Conselho de Escola AEC Associação Escola Comunidade (AEC), da Escola Municipal Agrícola tem ativa participação nas tomadas de decisões que a instituição realiza, uma vez que os membros são pessoas envolvidas com a escola bem como com os projetos e planos de ação que são desenvolvidos pela mesma.

4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

CEE/ES 3.777/2014 – artigos 48 e 49, Parágrafo Único

4.1 Descrição do processo de autoavaliação

O processo de avaliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola será de forma constante a se verificar o andamento de todas ações realizadas durante o ano letivo. Entende-se que esse processo se faz necessário na medida em que permite uma verificação permanente de tudo aquilo que é resultante de uma atividade. O processo de avaliação estará relacionado à produção de informações sobre determinada realidade e é algo que está bastante presente no cotidiano das diversas organizações, bem como em nossa instituição de ensino.

O processo de autoavaliação institucional é um instrumento extremamente relevante cuja finalidade é contribuir para o contínuo processo de aperfeiçoamento do desempenho da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola. Entende-se que a autoavaliação desta natureza contribua para que a escola e seus Participantes (Gestores, Docentes, Técnico-Administrativos e Discentes) analisem internamente, através de uma participação transparente e proativa dos sujeitos, suas ações, buscando sistematizar dados para analisá-los e interpretá-los com vistas à identificação de práticas bem-sucedidas, assim como a percepção de falhas, deficiências, enganos e omissões, a fim de evitá-los no futuro.

AUTOAVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

INDICADORES	NÍVEL DE ATENDIMENTO			
	Insuficient e	Regular	Bom	Ótimo
Tenho facilidade para desenvolver as atividades desenvolvidas e atribuições do meu cargo.				
Atento para as orientações recebidas e quando não me são suficientes e claras sou proativo para buscar o que preciso.				

Aproveito as oportunidades oferecidas para cursos, capacitações e outras formas de aprimorar o desempenho de minhas funções.				
Sinto-me feliz no ambiente de trabalho.				
Contribuo para que o clima no meu ambiente de trabalho seja sereno evitando toda e qualquer forma de contaminação entre os que convivo.				
O espaço físico para desenvolvimento de minhas atividades é adequado.				
Os equipamentos são suficientes e adequados para desempenho de meu trabalho.				
Sinto-me seguro(a) dentro da Escola.				
Minha atuação colabora para o bom andamento da escola.				
Procuro colaborar com a equipe sempre que sou solicitado(a).				

4.2 Instrumentos da avaliação institucional

4.2.1 Instrumento I: Docentes, administrativo e especialista **Resolução CEE/ES 3.777/2014 – artigos 58 a 65**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola se considera uma gestão, porque investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e segmento escolar; promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo democrático. A importância dos órgãos colegiados na escola é tema recorrente quando se aborda a gestão democrática, pois esses garantem, na forma da lei, a prática da participação na escola, na

busca pela descentralização do poder e da consciência social entorno da oferta de uma educação de qualidade. Diante da função da educação escolar, pode-se notar que a dinâmica de trabalho dá embasamento para uma dimensão da cidadania, o que implica o direito de todos os sujeitos ao conhecimento sistemático, como acesso ao saber historicamente acumulado, o patrimônio universal da humanidade. Esse direito está explicitado no inciso III, do art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “zelar pela aprendizagem dos alunos”, isso significa priorizar o processo de aprendizagem do aluno e possibilitar condições para a prática cidadã.

Para que os alunos tenham possibilidade de efetivar matrícula à escola manterá campanha com a comunidade e regional com a finalidade de divulgar a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e manterá contato contínuo com a Secretaria de Educação visando atender todas as possibilidades de atendimento do serviço.

Em relação ao desenvolvimento escolar o ponto fundamental será o de assumir a responsabilidade de divulgar o atendimento e o trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe docente, além de ações que venham promover a melhoria da qualidade de ensino e consequentemente evoluir em relação aos resultados nas avaliações externas.

Para tanto, a escola terá como recuperar todos os conteúdos não aprendidos pelos alunos/as dando oportunidade de recuperação continuamente.

EQUIPE ESCOLAR AVALIA O TRABALHO DO GESTOR ESCOLAR

INDICADORES	NÍVEL DE ATENDIMENTO			
	Insuficient e	Regular	Bom	Ótimo
São definidos, cooperativamente, o Projeto Político Pedagógico, o papel, função, valores, princípios e objetivos da escola, como orientadores de ações conjuntas e articuladas, no cotidiano escolar.				

São realizados o planejamento e a avaliação das práticas educacionais, de forma participativa, organizada e sistemática, envolvendo órgãos colegiados, professores, funcionários, pais e alunos.				
É observada uma prática de comunicação e informação aberta, de modo a promover a socialização e a transparência de decisões e ações.				
É estimulada e apoiada a organização dos alunos e de outros segmentos para que atuem em ações conjuntas, solidárias, cooperativas e comunitárias.				
São promovidas na escola ações de formação contínua e em serviço, para o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes, bem como para elevar a motivação e autoestima dos profissionais, tendo em vista a melhoria do atendimento às necessidades escolares cotidianas				
É estabelecida a unidade de atuação dos diversos segmentos da comunidade				
escolar, pela promoção do conhecimento e compreensão da legislação educacional do Regimento da escola e demais normas legais que orientam os direitos e deveres de professores, funcionários,				

pais e alunos.				
São promovidas práticas de valorização e reconhecimento do trabalho e esforço dos professores e funcionários da escola, no sentido de reforçar ações voltadas para melhoria da qualidade de ensino.				

4.2.2 Instrumento II: Estudantes do Ensino Fundamental

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Agrícola em sua dinâmica de trabalho desenvolve ações que favorecem uma boa convivência entre todos os envolvidos na mesma. Além disso, conta com o Regimento Interno para os docentes, funcionários administrativos e alunos de acordo com as normas pré-estabelecida em conjunto Escola e Secretaria de Educação-SEMED.

De acordo com o Regimento Interno da escola, a principal meta trabalhada nesta gestão tem sido no sentido de resgatar um ensino público de boa qualidade para todos, formando cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, mas principalmente no sentido de resgatar a sensibilidade ao dever cívico e moral com a nação, contribuindo para uma sociedade brasileira digna e respeitada.

A escola por sua vez cumpri com o papel de articular e fomentar ideias que favoreçam um bom relacionamento entre os alunos, professores, funcionários gestores e administrativos bem como na comunidade e sociedade onde quer que estejam.

De acordo com o Regimento Comum Municipal, Resolução 187/2000, Parecer CEE nº 235/2000, Processo CEE nº 758/99, aprovado em 18/10/2000.

ESTUDANTES AVALIAM O TRABALHO DA GESTÃO ESCOLAR E OS ESPAÇOS ESCOLARES

INDICADORES	NÍVEL DE ATENDIMENTO			
	Insuficient e	Regular	Bom	Ótimo
O coordenador possui comunicação e tratamento correto na escola.				
A Equipe Gestora (Diretora e Pedagoga) trata todos adequadamente e está presente no processo ensino aprendizagem.				
A equipe administrativa atende corretamente as pessoas internas e externas da escola.				
A biblioteca está atendendo a necessidade dos alunos.				

O ambiente físico para as aulas é adequado.				
Você se sente seguro dentro da EMEIEF Agrícola.				
Os banheiros da escola atendem totalmente as necessidades dos alunos.				
O refeitório é um ambiente que está adequado a demanda da escola (limpo, organizado).				
Está satisfeito com a merenda oferecida na escola.				
Está satisfeito com o serviço de limpeza na escola.				
O transporte escolar (se usa) te atende corretamente.				

4.2.4 Instrumento III: Pais/Comunidade

A relação da comunidade com a escola é bem fundamentada, com participação ativa, onde as crianças e famílias têm constante oportunidade de participar e atuar na construção de melhorias do processo ensino aprendizagem, por meio de reuniões, eventos, construção de propostas, entre outras. Os alunos da nossa instituição escolar são 40% residentes no meio rural e 60% residentes na sede do município, 96% mora com os pais e 0,4% mora com avós ou outros parentes. As famílias se compõem entre três e seis pessoas. A maioria incentiva os alunos a estudarem e acreditam ser a escola, através do conhecimento capaz de dar condições a seus filhos terem uma vida melhor. Muitos pais acompanham a vida escolar dos filhos, outros só participam quando são convocados pelos professores, equipe pedagógica ou direção. Quanto ao sustento de suas famílias, a maioria dos pais é trabalhador rural ou funcionário público, autônomo. Os alunos do meio rural têm acesso à escola através da utilização de transporte escolar mantido pelo governo em parceria com a prefeitura e os que residem nos arredores da comunidade se locomovem a pé ou de bicicleta. A comunidade escolar é composta por descendentes de negros e brancos (Italianos e Alemães). A situação socioeconômica da comunidade permite que ninguém passe necessidade ao mesmo tempo também não oportuniza luxos e ou exageros e vantagens econômicas. A comunidade que circunda e compõe a Escola tem acesso às atividades culturais, esportivas, tendo como meio de comunicação a internet, televisão, rádio e telefone.

FAMÍLIAS AVALIAM O TRABALHO DA EQUIPE ESCOLAR E OS ESPAÇOS ESCOLARES

INDICADORES	NÍVEL DE ATENDIMENTO			
	Insuficient e	Regular	Bom	Ótimo
É promovida a formação integral dos alunos, em função dos princípios éticos, políticos e estéticos da articulação entre áreas de conhecimento e aspectos indispensáveis da vida cidadã.				
É indicado o caráter educativo do ambiente físico, social e cultural da escola na organização de seus espaços e práticas.				
É constatada a melhoria dos índices de frequências às aulas, permanências, aprovação e o aproveitamento escolar de seus alunos e correção do fluxo escolar, mediante análise dos resultados de cada trimestre.				
São divulgados aos pais e comunidade, os resultados das ações educacionais voltadas para a aprendizagem dos alunos.				
São definidos, cooperativamente, o projeto pedagógico, o papel, função, valores, princípios e objetivos da escola, como orientadores de ações conjuntas e articuladas, no cotidiano escolar.				
É observada uma prática de comunicação e informação				

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(art.7º), Resolução CES/CNE No 10/2002, Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

_____. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? Série Ideias, n. 8, São Paulo: FDE, 1998.

_____. CI/SEDU/SEPLA/SEEB/Nº 06. Vitória. 2012

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo. Res. 3.777/2014

_____. Parecer nº 2.466/2010

_____. Parecer nº 2.466/2010.

_____. Portaria E nº 2433 de 18/05/88.

_____. Portaria nº 009-R. Vitória, 2014.

_____. Portaria nº 147-R de 06/10/2005.

_____. Portaria nº 147-R.

_____. Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2009.

_____. Resolução CEE nº 19 de 11/06/92

_____. Resolução CEE nº 19/91

_____. Resolução CEE nº 2.160/2010

_____. Secretaria de Estado da Educação: Conselho Estadual de Educação. Manual 2/1998, 2000.

ARROYO, Miguel G. Indagações sobre Currículo: Direitos e o Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Antonio Cesar Perri de et al. Diretrizes Curriculares e Projeto Pedagógico Para Curso de Odontologia. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1998. Disponível no site: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9802.pdf>. Visualizado em 04 de jun de 2014.

Diretrizes da Educação especial.

Disponível em: <http://www.obrasill.com/educacao/ensino-fundamental/-aulas-praticas-de-ciencias> < acessado em 01/07/2015.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 26 Jun de 2010.

ESPÍRITO SANTO, Estado. Currículo Básico Escola Estadual. Secretaria de Estado da Educação. Vitória, 2010.

ESTEBAN, Maria Teresa. Uma avaliação de outra qualidade. Presença Pedagógica, vol. 2, São Paulo, 1996.

FREIRE P. Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

HERNANDEZ, FERNANDO. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNANDEZ, FERNANDO. Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

Lei Nº 9.394/1996 (LDB), Lei Nº 10.861/2004, Decreto Nº 2.494/1998, Decreto Nº 3.860/2001, Decreto Nº 4.914/2003, Decreto Nº 5.154/2004, Decreto Nº 5.224/2004 e Decreto Nº 5.225/2004, Portaria MEC Nº 301/1998, Portaria MEC Nº 1.466/2001, Portaria MEC Nº 2.253/2001, Portaria MEC Nº 3.284/2003, Portaria MEC Nº 7/2004, Portaria

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LÜCK, H. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis. Vozes, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MEC Nº 2.051/2004, Portaria MEC Nº 3.643/2004, Portaria MEC nº 4.361/2004, Resolução CES/CNE

MORAN, José Manuel. *MUDAR A FORMA DE ENSINAR E DE APRENDER: Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual*. Revista Interações, São Paulo, 2000.

MORIN, EDGAR. *A Cabeça Bem Feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, Patrícia Valéria Bielert do. *O desafio da avaliação no cotidiano do educador*. Revista Profissão Mestre, 2003.

NOVA Escola. *A revista de quem educa. Edição Especial LEITURA*. Nº 18. Abril, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

PEREIRA, MATIAS, JOSÉ. *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PERRENOUD, PHILIPPE. *A Pedagogia na Escola das Diferenças*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, PHILIPPE. *Construir as Competências desde a Escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Publicado em 9 de junho de 2016.

RABONI, P.C.A. *Atividades Práticas de Ciências Naturais na Formação de Professores*. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, 2002.

Resolução CNE/CP No 1/1999, Resolução CES/CNE Nº 1/2001, Resolução CP/CNE Nº 1/2002.

RIBEIRO, Vera Masagão. Ensinar ou Aprender? Emília Ferreiro e a alfabetização. 2. ed. Campinas, SP: Papirus,1999.

SAUPE, ROSITA. Projeto político-pedagógico. Florianópolis: UFSC, 1997. Texto mimeografado.

SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre.Ed. artmed,1998

VEIGA, ILMA PASSOS A. (org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1996. N, Jussara. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação,1996.

SITES CONSULTADOS

Disponível

em:<http://blog.weeget.com.br/como-fazer-um-plano-de-desenvolvimento-institucional-com-qualidade/>

Disponível

em:

<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares>